

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Faculdade de Ciência da Educação - FACE

Curso: História

Disciplina: Monografia

Professora: Aldenira Maria Piedade de Faria

A trajetória presidencial de Collor vista pelo fotojornalismo do
Correio Braziliense, em Brasília, de 1989 a 1992.

Aluno: Wilson Fraga Alegretti

Brasília, novembro de 2005

**Ofereço esse trabalho
à Márcia, à Laís e ao Ciro que,
com desprendimento,
foram sempre fonte de encorajamento,
apoio e inspiração.**

**Meus agradecimentos
à minha orientadora Aldenira pelo zelo,
pela dedicação, pela motivação e
pelo enriquecimento proporcionado ao trabalho e ao aluno
à Vânia Caldas, que tornou possível o acesso às fontes.**

“Tudo no mundo existe para terminar num livro” (Mallarmé – séc.XIX)

“Hoje, tudo existe para terminar numa foto”. (Susan Sontag – séc. XX)

RESUMO

Este trabalho procura, a partir das perspectivas da História Cultural, estudar o tratamento imagético dado pelo fotojornalismo do jornal **Correio Braziliense** ao candidato e presidente Fernando Collor de Mello, de 1989 a 1992, e revelar o discurso contido nas fotografias. Procura ainda analisar as relações de Collor com a imprensa como forma de confrontar com o tratamento dado a ele pelo **Correio Braziliense**, bem como analisar a dinâmica jornalística da criação de representações.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| CAPÍTULO I – A HISTÓRIA CULTURAL: NOVAS ABORDAGENS E NOVAS POSSIBILIDADES PARA O ESTUDO IMAGÉTICO DO PERÍODO COLLOR | 11 |
| CAPÍTULO II – AS FONTES | |
| II.1 O Jornal, o discurso, a imagem e a notícia..... | 16 |
| II.2 A fotografia como documento..... | 20 |
| II.3 O Correio Braziliense | 24 |
| CAPÍTULO III – A TRAJETÓRIA & FOTOS. | |
| III.1 O Candidato e o contexto histórico..... | 29 |
| III.2 Collor e a Imprensa..... | 31 |
| III.3 O Candidato | 34 |
| III.4 O Eleito..... | 36 |
| III.5 O Presidente..... | 38 |
| III.6 O Super-Homem..... | 40 |
| III.7 O Salvador da Pátria | 44 |
| III.8 O Louco | 46 |
| III.9 O Impedido..... | 48 |
| III.10 A Saída de Cena..... | 50 |
| CAPÍTULO IV – O FOTOJORNALISMO, A FOTOGRAFIA, O FOTÓGRAFO E O FOTOGRAFADO. | |
| IV.1 A quem pertence a fotografia? | 52 |
| IV.2 Coadjuvação e legendas fotográficas | 55 |
| IV.3 Cenário | 57 |
| IV.4 A Seleção, as Dimensões e o Posicionamento de Imagens | 59 |
| IV.5 Enquadramento | 62 |
| IV.6 Os Recursos Fotográficos: Luz, filtro, ângulo e foco | 64 |
| IV.7 O Uso das Instituições..... | 66 |
| IV.8 O Uso dos Símbolos | 68 |
| IV.9 Postura, Gesto e Encenação | 70 |
| IV.9 A Justa e a Contraposição de Imagens no Jornal | 73 |
| IV.10 O Não-Registro: Supressão de Imagens | 74 |
| IV.11 A Substituição de Imagens, de Representações e de Discursos | 75 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 78 |
| BIBLIOGRAFIA | 81 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objeto de pesquisa os registros fotográficos feitos, adquiridos, selecionados e publicados pelo jornal **Correio Braziliense** como cobertura da trajetória de Fernando Collor de Mello. O período cronológico estudado tem início no lançamento oficial da candidatura a presidente, no dia 12 de julho de 1989, e término no dia 30 de dezembro de 1992, quando o Senado Federal o considerou culpado por crime de responsabilidade impedindo-o de exercer função pública pelos oito anos seguintes.

Antes de estudar a história da candidatura, da campanha, da presidência e do impedimento do político Collor, pretendeu-se estudar a maneira como tal trajetória foi percebida, tratada e divulgada pelo fotojornalismo. A partir desse caso típico de um líder que viveu a expectativa, a experiência e a perda do máximo poder político brasileiro, a intenção foi estudar os tratamentos imagéticos dados pelo fotojornalismo – se diferentes ou não, em que medida e de que formas - e o comportamento comparativo destes, a um só personagem, nos diferentes momentos da sua trajetória.

Durante os 42 meses estudados, a imprensa conseguiu transmitir inúmeras e diferentes representações do líder político. Caçador-de-marajás, jovem, moderno, audacioso, corajoso, reformista, esportista, super-político e outros rótulos positivos foram alternados e substituídos com, e por, encenqueiro, mal-marido, supersticioso, político-mal-acompanhado, incompetente, intransigente, demagogo, corrupto, impedido, derrotado e louco.

O trabalho se deu no campo da História Cultural e dos documentos fotográficos a ela interessados. Valeu-se dos conceitos e dos postulados introduzidos e desenvolvidos por seus estudiosos e por pesquisadores da fotografia, como linguagem, e do fotojornalismo como ofício.

Para alcançar os objetivos propostos, estudou-se não os veículos da chamada grande imprensa e sim o Jornal **Correio Braziliense** por ser um veículo da capital federal, palco principal dos acontecimentos. Entendeu-se que desta forma seria

possível identificar como foi percebida essa trajetória por um veículo que, aparentemente, não teve papel determinante no curso dos acontecimentos.

A mesma grande imprensa que construiu o ícone foi a mesma que o destruiu e com as mesmas estratégias. É isto que se pretende estudar: Não os motivos que permitiram o surgimento e a decepção com o líder político e sim a maneira como o fotojornalismo retratou essa trajetória de vitórias e derrotas do político e de vitórias e de mais vitórias da comunicação de massa.

Pretendeu-se com o presente estudo o cumprimento do trabalho de monografia previsto na grade curricular do curso de história. O tema, objeto de estudo, foi escolhido antecipadamente à execução do trabalho. O interesse pela linguagem fotográfica decorreu da importância que as imagens ocupam no mundo atual, cada vez mais disseminadas, produzidas, tratadas e ideologicamente utilizadas.

A fotografia é uma linguagem. Como tal, carrega em si discursos ideológicos, artísticos, estéticos, éticos, simbólicos que são interessantes ao estudo histórico cultural. Embora menos explícitos que os discursos das linguagens escritas e orais, os discursos da imagem contribuem igualmente para a construção do imaginário e das representações sociais, talvez até, com mais intensidade justamente pela forma inadvertida com que o faz.

A política é constitutivamente ideológica. O jornalismo é ideológico. A fotografia não é inocente, como muitos autores demonstram. Assim, as realidades que são enquadradas numa foto, e aquelas que são excluídas no enquadramento, são do interesse da História. A linha editorial, a pauta, a matéria que acompanha a fotografia são discursos ideológicos que interessam. A seleção das imagens, o posicionamento, o dimensionamento, a proporção ocupada na página e até mesmo a omissão da imagem, também são intencionais e interessantes.

A organização e a dinâmica da política, do Estado e do poder são do interesse da História tanto quanto os mecanismos que incluem, excluem, manipulam e decidem socialmente as pessoas. As formas como acontecem, como se dão as narrativas, como são registradas visualmente e, principalmente, como repercutem, os eventos, em suas

diferentes versões e visões, na sociedade, são matéria prima para as ciências humanas, em geral, e para a História, em particular.

A opção por um só jornal, como fonte fotojornalística, decorreu da intenção de realizar uma análise comparativa de imagens num só veículo. Acredita-se que desta forma será mais precisa e clara a análise do comportamento da linguagem e dos discursos nas fotos contidos. Pretendeu-se, também, a comparação entre as imagens de um mesmo veículo com as iniciativas da grande imprensa nacional na construção e na destruição da imagem pessoal do Collor, candidato líder, presidente eleito, presidente impedido e político cassado.

A escolha recaiu sobre o jornal **Correio Braziliense** devido aos seguintes fatores: não esteve envolvido com as grandes reportagens que promoveram o candidato e tampouco com as grandes denúncias que abalaram o governo em questão; por ter sua edição e circulação concentrada em Brasília - foi editado e impresso dentro do cenário e circulado entre os personagens dos eventos - assim, acreditamos, mais susceptível, ao calor e às pressões dos agentes participantes, nos diferentes processos, e do público leitor ativo enquanto cidadão, assinante e consumidor do produto de informação; por ter seu público leitor nas mesmas faixas sociais das revistas e jornais que atuaram no processo; finalmente por não ter, como proprietárias, famílias ligadas tradicionalmente ao poder político.

A fotografia, como campo, na História, ainda é pouco estudada. Mais ainda a fotojornalística. Espera-se que a monografia além de promover o levantamento e a classificação de uma parte do acervo do **Correio Braziliense**, como fontes históricas mais acessíveis, possa contribuir, da melhor forma possível, com a análise destas fontes e com os estudos propostos.

Para a realização do trabalho monográfico, observando os caminhos propostos pela História Cultural, fazendo uso dos conceitos de representação, imagem e discurso, além de imaginário, narrativa, objetividade e subjetividade, entre outros, pretendeu-se refletir sobre o tratamento imagético dado pelo **Correio Braziliense** para a candidatura, para o início de governo, para os escândalos, para a queda de popularidade, para os movimentos de repúdio e para o episódio de votação do *Impeachment* de Collor, bem

como desvendar os discursos contidos na fotografia através das suas técnicas, recursos, enquadramentos, seleção e publicação.

As fotografias e os fac-símiles das páginas do jornal **Correio Braziliense**, utilizadas neste estudo, foram pesquisados nos meses de março a outubro de 2005 e adquiridos no dia 14 de outubro de 2005, sob o compromisso de utilização tão somente nesta monografia e por este autor, com a concessão dos créditos devidos, e pertencem ao acervo dos Associados Centro-Oeste. A reprodução desse material, parcial e ou integralmente, por terceiros, para finalidade outra, acarretará sanções previstas na Lei de Direitos Autorais (Lei nº9610, de 19/02/1998). Muitas das observações, principalmente aquelas que dizem respeito às práticas e procedimentos do fotojornalismo decorreram de diálogos empreendidos com fotojornalistas contemporâneos.

O primeiro capítulo refere-se à teoria empregada, aos fundamentos e conceitos utilizados, à metodologia adotada e ao campo de pesquisa. O segundo capítulo é dedicado ao estudo do jornal como mídia, à análise do discurso jornalístico, à legitimação da fotografia como documento de valor histórico, à descrição da imagem como instrumento na construção das representações, e à contextualização histórica do jornal **Correio Braziliense**. O terceiro capítulo contextualiza e narra a trajetória de Fernando Collor de Mello em imagens veiculadas pelo **Correio Braziliense** de 1989 a 1992 e discute a sua relação com a imprensa. O quarto e último capítulo demonstra os recursos técnicos e ideológicos empregados pelo fotojornalismo e pelo fotografado como forma de obter o efeito discursivo desejado.

CAPÍTULO I – A HISTÓRIA CULTURAL: NOVAS ABORDAGENS E NOVAS POSSIBILIDADES PARA O ESTUDO IMAGÉTICO DO PERÍODO COLLOR.

Os novos paradigmas adotados pelas ciências no último quarto de século, as transformações sociais que acontecem de forma cada vez mais rápida, a utilização de recursos multimídia e tecnológicos como prática cada vez mais natural já seriam motivos suficientes para se valer da História Cultural como o mais atual e apropriado campo de pesquisa. Nada disso bastasse, somente dentro dela é possível a obtenção de um instrumental metodológico apropriado para o tratamento da fotografia como fonte e do fotojornalismo como campo de conhecimento interessante para a História .

Acredita-se, também, que somente a História Cultural permite uma abordagem que se pretende ampla e profunda acerca das representações que o jornalismo cria, do discurso existente na linguagem fotográfica, da construção do imaginário social e da documentação da memória política. As implicações históricas existentes no surgimento, na evolução do governo e na queda de Fernando Collor de Mello demandam explicações cujos caminhos somente a multidisciplinaridade que a História Cultural comporta pode oferecer.

As ciências, assim como o mundo, e não poderia ser diferente com o Brasil, romperam com antigos padrões de práticas e pensamentos no final do século XX. Situações onde há a desintegração do tradicional obrigando que os profissionais reformulem o conjunto de teorias e práticas de determinada ciência, são chamadas, por Thomas Khun, de revoluções científicas. Nesses momentos abandona-se e adota-se aquilo que Khun considera e descreve como paradigmas: “...as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”¹.

Nessa reformulação dos paradigmas, frente aos novos problemas científicos e à natureza dos métodos utilizados, as ciências sociais saíram à frente das outras ciências tendo a história, entre elas, particular destaque segundo o próprio Khun:

¹ Thomas S Khun. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 6ªed, São Paulo, Editora Perspectiva, 2001, p.13

“Tanto a História como meus conhecimentos fizeram-me duvidar de que os praticantes das ciências naturais possuam respostas mais firmes ou mais permanentes para tais questões do que seus colegas das ciências sociais”².

Tal reconhecimento, feito em 1962, por um físico teórico que via o progresso da ciência não no acúmulo gradativo de dados e, sim, nos processos contraditórios do pensamento científico, também é feito por Sandra Jatahy Pesavento quando explica, na década de 1980, a necessidade de uma nova forma de produção histórica que substituísse as já insuficientes interpretações marxista e dos Annales:

“Os modelos correntes de análise não davam mais conta, diante da diversidade social, das novas modalidades de fazer política, das renovadas surpresas e estratégias da economia mundial e, sobretudo, da aparentemente escapada de determinadas instâncias da realidade – como a cultura, ou os meios de comunicação de massa – aos marcos racionais e de logicidade”³.

As novas tendências às quais Pesavento se refere ajudaram a compor o que hoje chamamos de História Cultural, modelo de análise que busca “pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”⁴.

A visão do conhecimento histórico como um processo em permanente construção é partilhada por diversos autores. Para eles a História Cultural faz “...entendermos a história como um permanente fazer-se e a investigação histórica como uma busca aberta a múltiplas possibilidades”⁵. Janete Abrão descreve a História como “...o conhecimento em processo infinito, sob inúmeras possibilidades (...) Acumulando não verdades absolutas, mas verdades parciais”⁶.

Entende-se que assim, com o novo instrumental oferecido e sob os novos postulados, é possível, da melhor maneira, analisar o processo histórico no qual se deu o surgimento, a manutenção e o fim do candidato/presidente Fernando Collor de Mello. Consonante aos novos tratamentos foi estendido o interesse do evento-personagem para, também, os campos econômico, social, mental e político do processo.

² Idem. *ibidem.*, p.13

³ Sandra Jatahy Pesavento. *História & História Cultural*. 2ed, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2004, p.9

⁴ Idem, *ibidem*, p.15

⁵ Maria do Pilar de Araújo Vieira, Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Yara Maria Aun Khoury. *A pesquisa em História*. São Paulo: Editora Ática, 1998. p.13

⁶ Janete Abrão. *Pesquisa & História*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p.11

Adotando a postura de intérprete do passado, sem pretender investigar sua verdade, como recomendam as novas práticas da História, foi conduzida a pesquisa. Dialogando com as fontes, como recomenda Janete Abrão, lembrando sempre que “o documento não fala por si, mas necessita de perguntas adequadas”⁷ foi ser deslocado o eixo da investigação histórica do documento para o problema levantado.

Sabe-se que um político até então anônimo no cenário político nacional não se tornaria presidente do Brasil em pouco menos de dois anos senão com a cumplicidade, na mais tênue das hipóteses, ou com a promoção, de outras forças sociais brasileiras, da mesma maneira que se sabe que tal presidente não seria impedido de continuar em seu mandato outorgado pelo voto popular senão pela ação de outras ou das mesmas forças que o fizeram presidente.

Os documentos que se tem sobre esse recente e breve período são quase que tão somente as fontes que a História passou a respeitar: textos jornalísticos, entrevistas, testemunhos, depoimentos, biografias, vídeos, áudios e fotografias. Há também as fontes oficiais produzidas pelos processos de investigação de irregularidades e de impedimento de mandato. Para todos estes cabe a constatação feita pelas autoras em **A Pesquisa em História** de que no processo de conhecimento o historiador

“...se vê na contingência de enfrentar a cumplicidade entre o conhecimento histórico e a memória dos dominantes presente nas temáticas, nos currículos e na argumentação científica, inclusive no discurso da objetividade”⁸.

Por isso, e graças às novas abordagens que a História Cultural possibilitou, pôde se buscar, nas mesmas fontes, o discurso da subjetividade. O conceito de representação, que Pesavento define como “matriz geradora de condutas e práticas sociais, dotada de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real”⁹, a exemplo da reorientação que deu à postura dos historiadores atuais, orientou a pesquisa na qual se procurou “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações”¹⁰.

⁷ Janete Abrão, op.cit. , p.10

⁸ Maria do Pilar et alli, op.cit., p.72

⁹ Sandra Pesavento, op.cit., p.36

¹⁰ Idem, ibidem, p.41

Na compreensão do processo em que se deu a “Era Collor”, no entendimento do seu personagem central, do cenário, e das forças que nela atuaram, há que se ter em mente que as representações buscam a substituição da realidade criando quase que “um mundo paralelo de sinais, no qual as pessoas vivem”¹¹, onde verdadeiro e real se confundem e onde a legitimação se dá pelas relações de força e poder. Daí as relações tão intensas entre a imprensa e a política que tornaram impossível desde a segunda metade do século XX, com o surgimento da comunicação de massa, estudar uma sem a outra.

Adota-se a nova narrativa histórica, unindo análise, descrição, novas fontes e novos temas, que a História tradicional refutaria. O campo temático da pesquisa foi o das imagens, em geral, e da fotografia jornalística em particular. Os motivos são muitos, sendo o principal o fato de ser a fotografia uma representação material.

Sendo a imagem, neste caso a fotografia, além de testemunho de uma época, testemunho em si própria, acredita-se possível, através da busca de suas funções epistêmicas, simbólicas e estéticas, estudar o conhecimento, os significados, as sensações e as emoções que elas podem ou não transmitir e representar. Através delas, foi possível observar a sucessão de representações e imagens sendo construídas, destruídas e substituídas sobre e ao redor de Fernando Collor de Mello, fazendo-se chegar ao discurso (ou discursos) sob elas e que as engendrou.

Tânia Swain, em seus estudos, expõe as relações existentes entre imagem, imaginário e realidade na construção das representações, na vida social, e que tem nos diferentes tipos de linguagens suas expressões:

“Na verdade, a vida social produz, além de bens materiais, bens simbólicos e imateriais, um conjunto de representações, cujo domínio é a comunicação, expressa em diferentes tipos de linguagens, discursos que se materializam em textos ‘imagéticos’, iconográficos, impressos, orais, gestuais etc.”¹²

Tânia Swain fala, também, da importância do imaginário na formação dos discursos:

¹¹ Idem, *ibidem*

¹² Tânia Navarro Swain. “Você Disse Imaginário?”. in. Tânia Navarro Swain (Org.). *Historia no Plural*. Coleção Tempos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. p.46

“O imaginário, no nosso entender, ocupa parte considerável dessas ‘pressões sociais’, revitalizando, ressematizando conteúdos, imagens, galvanizando pulsões e emoções coletivas, no processo enunciativo das formações discursivas”¹³.

Valendo-se da ampliação das fontes e dos métodos de estudos tratados pela História Cultural, valendo-se das mudanças epistemológicas provocadas, da ampliação dos campos temáticos e da assunção da subjetividade no conhecimento histórico, acredita-se, foi possível uma pesquisa que atingisse certezas, mesmo que provisórias.

Sabe-se que o desafio é grande para uma pesquisa desta natureza. Assumiu-se tendo a dúvida como companheira, seguindo a recomendação de Pesavento quando diz que “Historiador e leitor devem assumir a dúvida como um princípio do conhecimento do mundo”¹⁴.

¹³ Idem, *ibidem*

¹⁴ Sandra Pesavento, *op. cit.*, p.115

CAPÍTULO II – As Fontes

II.1 O Jornal, o discurso, a imagem e a notícia

Maria Helena Capelato dá especial ênfase na ação ideológica sobre o jornalismo. Segundo ela, para se compreender um jornal e sua participação na história, deve-se saber: quem são seus proprietários? A quem se dirige? Com que objetivos? Quais os recursos utilizados na batalha pela conquista de corações e mentes?¹

Segundo ela, o objetivo de todo jornal é “conseguir adeptos para uma causa empresarial ou política”² e que “a informação é um direito público mas o jornalismo é, geralmente, uma atividade exercida no setor privado”³. A imprensa “norteia-se pelo princípio da publicidade, colocando-se como intermediária entre os cidadãos e o governo”⁴ mas, “na grande imprensa (a empresarial) o murmúrio da *vox populi* (voz do povo) ecoa longínquo enquanto ressoa forte a *vox domini* (voz dos dominantes)”⁵. E conclui: “A interpenetração, entre público e privado define os limites do quarto poder”⁶.

A autora recomenda a produção histórica a partir do estudo e da pesquisa em jornais por permitir uma reconstituição da história dos dominados, dos anônimos. Se não nas editorias de política e economia, o cidadão comum está presente em muitas outras notícias do cotidiano, nas colunas sociais, nas páginas policiais e nas notícias locais. Através do jornal pode-se reconstituir a história do poder, dos dominadores e dos dominados. Para ela, ao estudarmos os jornais devemos atentar que:

“a história morta cede lugar a uma história viva que se propõe como meta, captar as transformações do homem no tempo. A imprensa oferece amplas possibilidades para isso”⁷.

¹ Maria Helena Rolim Capelato. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 14

² Idem, *ibidem*, p.15

³ Idem, *ibidem*, p. 18

⁴ Idem, *ibidem*, p.18

⁵ Idem, *ibidem*, p. 18

⁶ Idem, *ibidem*, p. 20

⁷ Idem, *ibidem*, p. 20

Capelato faz as seguintes recomendações: “o jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada de subjetividade”⁸; “o historiador deve dialogar com os diversos personagens que fazem e que figuram no jornal”⁹; “mais importante do que a *realidade dos fatos* é a “maneira pela qual os sujeitos da história tomaram consciência deles e os relataram”¹⁰.

Como receita para um bom trabalho, Capelato recomenda incessantes revisões do trabalho, laboriosas verificações sucessivas e a acumulação de verdades parciais”¹¹. Chama ainda a atenção para a verdade contida dentro do documento falso, que passou a ter novo papel no contexto da História Cultural afirmando que:

”hoje se entende que o documento falso é um documento histórico tão relevante quanto o verdadeiro, cabendo averiguar porque e como foi produzido. A concepção do documento modificou-se”¹².

A autora caracteriza a imprensa, no estudo da História, chamando a atenção do pesquisador para o jornal como: um espaço de representação do real; um espaço de momentos particulares de realidade; fruto de práticas sociais de uma época; algo que contém atos de poder e de relações de poder a serem desvendados; e como algo que age no futuro ao criar imagens que serão reproduzidas (criando representações).

As autoras de **A Pesquisa em História** dedicam especial atenção ao estudo da imprensa. Afirmam que “a influência que o jornal exerce sobre o leitor ultrapassa de muito o objeto específico que está tratando”¹³. Em relação ao discurso do jornal, as autoras afirmam que o destinatário tem participação no resultado final:

“Porque os jornais definem papéis, entendemos que o destinatário está presente o tempo todo, ora fornecendo os parâmetros do discurso através da idealização que o emissor faz dele, ora como tipo padrão de leitor que o emissor quer formar”¹⁴.

Por fim, para o trabalho de pesquisa em jornais, recomendam atenção para a prática de transformar dados em números como forma de transmitir neutralidade e

⁸ Idem, ibidem, p. 21

⁹ Idem, ibidem

¹⁰ Idem, ibidem, p. 22 (grifo da autora)

¹¹ Idem, ibidem, p. 23

¹² Idem, ibidem

¹³ Maria do Pilar et all, op. cit. p. 60

¹⁴ Idem, ibidem, p. 54

inquestionabilidade. Para a pesquisa histórica, em geral, recomendam que se tenha em mente que o conjunto da vida social é feito de dominação x resistência, quer de forma organizada, quer de maneiras surdas ou implícitas.

Leão Serva trata das questões ideológicas do jornalismo e do seu papel de construtor de representações a serviço do poder. Mostra os mecanismos de funcionamento dessas formas de informar, desinformar, omitir e contra-informar:

“Assim, quando buscamos entender por que o jornalismo não consegue atribuir a seus leitores uma genuína compreensão dos fatos que noticia, encontramos um modo de produção do noticiário que gera informações distorcidas, por pelo menos duas funções essenciais dos meios de comunicação de massa que exercem o jornalismo hoje: em primeiro lugar a necessidade de sincronizar as sociedades de massa, passando a todas as pessoas que a compõem um mesmo ritmo, uma noção de tempo; em segundo lugar, sua própria função de produzir um sistema econômico que diariamente mantenha nos consumidores o desejo e a necessidade de consumir. E para tanto, é preciso todo dia oferecer surpresas. E quando não houver, criá-las. E para criá-las é necessário omitir as razões, a origem dos fatos, esconder sua previsibilidade”¹⁵.

José Rebelo trata das características e formação do discurso no jornal. Embora sua obra seja voltada para a Teoria do Jornalismo, trata-se de um valioso instrumento, também no campo da História Cultural, para a análise do discurso jornalístico. Trazendo como subtítulo: “O discurso do jornal: o como e o por que? Do poder do discurso ao discurso do poder”¹⁶ busca mostrar o quanto o poder do discurso do jornal é, também, o discurso do poder exterior ao jornal. Detalha o discurso da globalização que está presente na imprensa e que é o de desenvolvimento e exclusão.

O autor afirma que os jornais se prestam ao trabalho de homogeneizar as necessidades e os consumos e de impor o pensamento dominante transformando-se senão em verdadeiras máquinas produtoras de representações. Estuda e apresenta muitas das estratégias utilizadas, de enunciados, na produção da informação, e dos mecanismos, que criam a de ilusão de que se reproduz o real.

Também em relação à Análise do Discurso, não só jornalístico, vale citar os estudos de Eni P. Orlandi, com o objetivo de bem compreender que: “essa mediação,

¹⁵ Leão Serva. *Jornalismo e Desinformação*. São Paulo, Editora SENAC, 2001, p.135

¹⁶ José Rebelo. *O Discurso do Jornal – O Como e o Por quê? Do Poder do Discurso ao Discurso do Poder*. 2ª ed, Lisboa: Notícia Editorial, 2002. p. 8

que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive”¹⁷.

Sontag fala do interesse que a fotografia oferece ao documentar a notícia quando diz que “a informação que as fotos podem dar começa a parecer muito importante naquele momento da história cultural em que todos se supõem com direito a algo chamado notícia”¹⁸. Da relação entre os historiadores e a história do jornalismo afirma que:

“De fato, os historiadores, ao desvelarem a história, tendem, concomitantemente, a impor-lhe um sentido. Por esta razão, mas também pelo fato de o significado dos produtos fotojornalísticos derivar, em larga medida, dos propósitos e significados que às fotos foram encomendados pelo devir da civilização, encontramos versões da história da fotografia e do fotojornalismo que constroem sentidos diferenciados para este percurso”¹⁹.

Muitas destas questões, que chamam a atenção de filósofos e historiadores, que envolvem objetividade e subjetividade na rotina fotográfica fazem parte da história do jornalismo e são também fonte de reflexão para os profissionais do fotojornalismo conforme atesta Jorge Pedro de Sousa:

“A história do fotojornalismo é uma história de tensões e rupturas, uma história do aparecimento de superação e rompimento de rotinas e convenções profissionais, uma história de oposições entre a busca da objetividade e a assunção da subjetividade e do ponto de vista, entre o realismo e outras formas de expressão, entre o matizado e o contraste, entre o valor noticioso e a estética, entre o cultivo da pose e o privilégio concedido ao espontâneo e à ação, entre a foto única e as várias fotos, entre a estética e o horror e outras formas de abordar temas potencialmente chocantes e entre variadíssimos outros fatores”²⁰.

A história do fotojornalismo dos “anos Collor” no **Correio Braziliense**, como veremos, é assim do valor noticioso e de estética, do cultivo da pose e do privilégio concedido ao espontâneo e à ação. É a história das muitas fotos e de uma trajetória.

¹⁷ Eni P. Orlandi. *Análise do Discurso – Princípios & Procedimentos*. Campinas, Pontes, 2003. p. 15

¹⁸ Susan Sontag. *Sobre Fotografia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p.32

¹⁹ Idem, ibidem. p.14

²⁰ Jorge Pedro de Souza. *Uma História Crítica do Fotojornalismo Ocidental*. Chapecó, Ed. Grifos, Florianópolis, Letras Contemporâneas, 2000, p.14

II.2 A fotografia como documento

Até o advento da corrente dos Annales seria impensável utilizar a fotografia como documento. Foram os historiadores franceses que primeiro viram a importância complementar e suplementar que a fotografia poderia oferecer.

Jacques Le Goff declara a importância de fontes outras, que não a escrita, para a ciência histórica quando disse que “tudo o que permite a descoberta de fenômenos em situação (a semântica histórica, a cartografia, a fotografia aérea, a foto- interpretação) é particularmente útil”²¹. Já aceita a fotografia como elemento de construção da memória, Le Goff antevê a necessidade que se confirmaria mais tarde de utilizar fontes e métodos que pudessem ampliar o conhecimento histórico ao dizer “...de onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento da campo da memória para o da ciência histórica”²².

Foi a História Cultural, com suas novas visões e abordagens, que elevou a imagem ao *status* de fonte de interesse na construção do conhecimento histórico. Janete Abrão, inclui indiretamente a fotografia como fonte primária quando define como “Fonte primária, ou de primeira mão toda fonte escrita (impressa ou manuscrita), oral ou visual que trata do tema investigado de modo direto”²³.

As autoras de **A Pesquisa em História** reiteram a importância da fotografia como fonte histórica em sucessivas afirmações. Afirmam que, juntamente com os escritos, objetos, palavras, música, literatura, pintura e arquitetura, a fotografia torna-se objeto do historiador como vestígio e registro das manifestações culturais²⁴. Defendem ainda a fotografia como nova linguagem incorporada pelo historiador no exercício da investigação e na diversificação da gama de materiais utilizados. Chamam, também, a atenção para as relações da história com a análise do discurso de imagens²⁵. As autoras não só falam do discurso contido na fotografia, como também falam da riqueza das mensagens contidas nessa linguagem ao estarem carregadas “...de propostas,

²¹ Jacques Le Goff. “*Documento / Monumento*” in *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 1. ,Lisboa, Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1985, p. 104

²² Idem, ibidem, p.104

²³ Janete Abrão, op.cit. p. 21

²⁴ Maria do Pilar et all, op.cit. p.13

²⁵ Idem, ibidem, p.20

questionamentos, tensões, acomodações; os agentes, através das linguagens que lhes são próprias, criticam, endossam, propõem, enfim se rebelam ou se submetem”²⁶.

Susan Sontag chama a atenção para o uso que o jornalismo faz da fotografia como prova, beneficiando o efeito-verdade pretendido. Afirmar que a fotografia é utilizada para dar credibilidade aos enunciados verbais e à realidade representada, criadas por estes, ao acompanhá-los²⁷.

Segundo Sontag, a fotografia ensina um novo código visual surgindo como fonte interpretativa complementar, e importante, no estabelecimento de padrões estéticos e nas opções temáticas que determina modificando e ampliando nossas idéias “sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos o direito de observar”²⁸

A filósofa vê, em grande medida, na fotografia, uma fidelidade maior com a realidade em relação ao texto que, para ela, é confessadamente uma interpretação. Além disso chama a atenção para o uso da imagem que, hoje, é muito mais disseminado que o uso do texto. Neste ponto podemos verificar a divergência dela com outros autores que não vêem na fotografia a geração de conhecimento, somente de informação. Segundo Susan, a fotografia contém informação e conhecimento, faltando a esta a capacidade da compreensão da realidade. As fotografias parecem, para as pessoas, como pedaços mais acessíveis e mais reais do mundo, como miniaturas de realidade²⁹.

Tanto o texto quanto a fotografia possuem as capacidades estritas de interpretar o que se pretende, e de selecionar o que se quer, no mundo, de forma parcial, segundo Susan Sontag. Todavia, para ela, somente a fotografia tem a capacidade de capturar uma realidade surgindo como testemunho ou prova irrefutáveis da realidade captada. Para comprovar o valor comprobatório que a sociedade atribui à fotografia ela exemplifica com o uso que se dá a ela, fotografia, como prova policial:

²⁶ Idem, *ibidem*, p.21

²⁷ Susan Sontag, *op. cit.*, p. 223

²⁸ Idem, *ibidem*, p.13

²⁹ Idem, *ibidem*, p.14 e 15

“Fotos fornecem um testemunho. Algo que ouvimos falar, mas de que duvidamos, parece comprovado quando nos mostram uma foto (...). Uma foto eqüivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu”³⁰.

Para a filósofa a imagem fotográfica tem um efeito mais forte e duradouro sobre as pessoas do que as imagens de televisão pela portabilidade e pela acessibilidade que a fotografia oferece.

“A televisão é um fluxo de imagens pouco selecionadas, em que cada imagem cancela a precedente. Cada foto é um momento privilegiado convertido em um objeto diminuto que as pessoas podem guardar e olhar outras vezes”³¹.

As preocupações da autora, em sua obra **Sobre Fotografia** são a de apresentar a fotografia como prova de acontecimento; de mostrá-la como objeto determinante na cultura moderna; e de advertir para a ditadura visual de um mundo moderno que é dissolvido em objetos mentais. Desde que, tomados os cuidados críticos com as ilusões de falsa compreensão do mundo que as fotos podem ocasionar, como o controle social que pode ser feito a partir das representações criadas, e com o mundo que foi excluído no ato de enquadramento fotográfico, Sontag, referenda a importância cultural e histórica da imagem fotográfica, ao concluir sua obra, distinguindo-a das sombras da Caverna, de Platão, por serem estas reais e indistintas. Naquilo que ela chama de desplatônização da nossa compreensão de realidade, no mundo moderno não se distingue imagens e coisas, cópias e originais:

“Mas a força das imagens fotográficas provém de serem elas realidades materiais por si mesmas, depósitos fartamente informativos deixados no rastro do que quer que as tenha emitido, meios poderosos de tomar o lugar da realidade – ao transformar a realidade numa sombra. As imagens são mais reais do que qualquer um poderia supor. E só por se constituírem uma fonte ilimitada, que não pode ser exaurida pelo desgaste consumista, há uma razão tanto maior para aplicar o remédio conservacionista. Se pode haver um modo melhor para o mundo real incluir o mundo das imagens, vai demandar uma ecologia não só de coisas reais mas também de imagens”³².

Roland Barthes confessa reconhecer na fotografia um prova documental sempre viva, o testemunho de evento trazido ao presente, do qual Susan Sontag falara, antes de um objeto de memória, ao dizer que:

³⁰ Idem, ibidem, p.16

³¹ Idem, ibidem, p.28

³² Idem, ibidem, p.196

“A fotografia não rememora o passado (não há nada de proustiano numa foto). O efeito que ela produz em mim não é o de restituir o que é abolido (pelo tempo, pela distância), mas o de atestar que o que vejo de fato existiu”³³.

Se a fotografia é elemento a construir representações, o jornalismo é uma fábrica de representações. Representações estas sempre a serviço dos interesses de ideologias e de interesses específicos. O jornalismo se vale da imagem, notadamente a fotográfica, como ferramenta poderosa na criação e fixação das representações que cria. Jorge Pedro Sousa, estendendo as reflexões que Sontag e Barthes já haviam feito, da relação entre a fotografia e a verdade declara que:

“Apesar da evolução histórica, a fotografia jornalística continua perante o senso comum, a passar pelo espelho do real tal como este se apresenta à câmara num breve instante, isto é, o que a foto registra é *verdade*, aconteceu, e o fotógrafo esteve lá para testemunhar”³⁴.

³³ Roland Barthes. *A Câmara Clara*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1984, p. 123

³⁴ Jorge Pedro de Souza. op.cit., p. 222 (grifo do autor)

II.3 O **Correio Braziliense**

Pode-se extrair do editorial de lançamento do Jornal algumas respostas às perguntas recomendadas por Capelatto³⁵. Nele podemos ver os postulados de Assis Chateaubriand que foram permanentes ao longo de sua vida: as defesas da doutrina liberal e da unificação e integração nacionais. O **Correio Braziliense**, cujo nome foi emprestado do jornal de Hipólito José da Costa, editado em Londres, no séc. XIX - Hipólito estava exilado e, na Inglaterra, fazia oposição ao Império - nasceu sob a mesma ideologia e dentro do mesmo projeto editorial dos Diários Associados:

“Provando que nada se perde na vida dos povos, como na Natureza, reata-se hoje a existência do jornal, fundado e impresso em Londres, mas para advogar a causa da independência brasileira, as idéias liberais e o constitucionalismo, que eram as grandes aspirações do tempo.(...)Os Diários Associados têm a mesma origem de idealismo e de crença em Brasília. Na verdade, os nossos objetivos foram sempre os mesmos do Correio Braziliense: sustentar a independência, consolidar a união das províncias; soldar as regiões, alcançar, dentro da democracia e da liberdade, o aperfeiçoamento social e cultural que nos possam assegurar, dentre os povos civilizados, uma posição compatível com a nossa grandeza territorial.”³⁶

Os posicionamentos dos Diários Associados foram, ao longo de sua existência, muitas vezes ambíguos, como foram as escolhas políticas do seu patrocinador Chateaubriand, que trabalhou pela Revolução de 30 e depois apoiou a Revolução Constitucionalista de 1932; que aceitou o Estado Novo em 1937 e, em 1945 defendeu o retorno do regime democrático; que em 1954 liderou a campanha para a deposição de Vargas e em 1955 apoiou o movimento que garantiu a posse de Juscelino (mesmo tendo apoiado Juarez Távora); que embora oriundo das fileiras da UDN, tratou o Governo Jânio Quadros com desconfiança e denunciou a renúncia como tentativa de manobra ditatorial e defendeu, contra os ministros militares, a posse de João Goulart para depois, diante da ameaça de radicalização, conspirar contra seu governo e preparar a opinião pública, através dos Diários Associados, para o movimento político-militar de 1964. Posicionamentos ambíguos mas coerentes com a história de luta pelos

³⁵ Maria Helena Rolim Capelatto. op.cit., p. 14

³⁶ Editorial de apresentação do relançamento do Jornal Correio Braziliense, grafado Ano CLII (2ª fase) nº1, no dia 21 de abril de 1960.

ideais liberais, de manutenção da unidade nacional e de luta contra a ameaça comunista³⁷.

Ao contrário de seu patrono e dos Diários Associados o **Correio Braziliense** seguiria “uma orientação que muitos veriam como conservadora, outros como de esquerda, e terceiros até como de linha alternativa”³⁸ Vê-se no Jornal uma orientação, como a de Chateaubriand e como na dos Diários Associados, de defender a unidade nacional respeitando o localismo e o regionalismo.

Da sua fundação, até os anos 1990, a história e a orientação do **Correio Braziliense** se confunde muito com a história e orientação dos Diários Associados. Diários que apoiaram o Movimento Militar e que depois foram, nos anos seguintes, pelo Movimento perseguidos por denunciarem a americanização da política de Castelo Branco e da imprensa brasileira através do acordo **TV Globo/Time Life** infringindo o artigo 160 da Constituição do Brasil que proibia a propriedade de empresas jornalísticas a estrangeiros:

“quatorze anos depois, aproveitando uma greve na TV Tupi de São Paulo, o governo militar do general João Figueiredo, de base castelista, aproveitou o descumprimento da Lei 236 para retirar da geladeira os ressentimentos dos anos 60: cassou, de uma vez, sete emissoras da **Rede Tupi**, várias delas solvíveis, acarretando a sua dissolução, num ato de força que aparentemente completou o processo denunciado por Chateaubriand e Calmon nos anos 60.”³⁹

Em 1968, faleceu Assis Chateaubriand tendo antes, num processo iniciado em 1959 e concluído em 1962, deixado o controle acionário a 22 de seus auxiliares criando o Condomínio das Emissoras e dos Diários Associados⁴⁰. Sucederam-no na presidência João Calmon (1968-1980), Paulo Cabral (1980-2002) e Álvaro Teixeira da Costa (2002-atual).

³⁷ Alzira Alves Abreu et all. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Verbete: CHATEAUBRIAND, Assis. São Paulo: FGV Editora, 2001, p. 1337-1340

³⁸ Glauco Carneiro. *Brasil, Primeiro: História dos Diários Associados*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999. p.425.

³⁹ idem, ibidem, p.442

⁴⁰ Hoje os Diários Associados são uma sociedade anônima administrada por sistema de condomínio. Os proprietários são aqueles que possuem ações inalienáveis dos Diários. A administração geral é feita por um Condomínio de até 22 funcionários da ativa, de todo o Brasil, com mandato que se encerra quando da aposentadoria, morte ou afastamento. Este Condomínio, em Assembléia, elege os presidentes, vices e diretores-gerentes das diversas empresas do grupo que, por sua vez, formam suas diretorias e editorias.

Nos anos que seguiram a 1967, e com a morte de Chateaubriand em 1968, o império dos Diários Associados passaria pelos mais difíceis anos de sua existência perdendo por venda e fechamento inúmeros veículos entre os quais a revista **O Cruzeiro**. Foram anos de batalhas jurídicas, comerciais e políticas, externas e internas. No *front* externo lutando contra as TVs e Editoras que apoiavam o governo militar e no interno contra os filhos de Chateaubriand que tentavam readquirir o controle das empresas. As batalhas jurídicas foram sendo vencidas uma a uma e a crise financeira foi sendo administrada até o ano de 1997. Durante esse tempo o **Correio Braziliense**, o **Estado de Minas** e o **Diário de Pernambuco**, e a **Rádio Tupi do Rio de Janeiro**, líderes em seus Estados, somados a outras empresas menores, garantiram a sobrevivência do grupo e a administração da crise. Durante esse tempo divulgava-se a liderança de audiência e de vendagem das empresas nas respectivas unidades da Federação, sem que fosse divulgada a vinculação entre elas como grupo.

Quando José Sarney assumiu a Presidência da República, em abril de 1985, pondo um fim definitivo à Era Figueiredo, Paulo Cabral, na condição de presidente dos Diários Associados o procurou e comunicou a decisão do Condomínio de impetrar uma ação contra o Estado. Sarney respondeu que era um direito e recomendou que fosse feito para que a Justiça apreciasse. Após doze anos tramitando a Justiça condenou a União ao pagamento de mais 235 milhões de reais de indenização pelos decretos de perempção dos canais Associados, por Figueiredo.

Durante os 45 anos de existência, o **Correio Braziliense** sempre foi o líder absoluto em circulação e vendagem, em Brasília, com uma penetração no mercado leitor que sempre oscilou na faixa dos 90%. Com público em todas as faixas sociais, predominando as classes B e C, o **Correio Braziliense** chegou sempre ao leitor mais sensível às notícias da campanha e do governo Collor: o mesmo que leu as Revistas **Veja e Isto É**.

Contextualizando e investigando o Jornal, seguindo as recomendações de Capelatto, este era o **Correio Braziliense** dos “Anos Collor”: um Jornal pertencente a um grupo em crise financeira e jurídica, cujos proprietários eram ex-colaboradores ou sucessores de Assis Chateaubriand, permeados pelas causas liberais e de unidade nacional, pertencentes a um grupo antipático ao círculo de militares pró-Estados

Unidos, adversários da Rede Globo, do SBT e das Editoras Abril e Bloch, alinhados com os demais Jornais da ANJ (excetuando **O Globo**), simpático ao governo civil e à redemocratização do país, admiradores de Juscelino Kubitschek e do modelo de modernização do país e da Capital Federal; Jornal que era dirigido preferencialmente às classes “b” e “c” do Distrito Federal e ao público dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; o Jornal tinha sua receita publicitária composta, substancialmente, por anúncios de empresas locais, do Governo Federal e do Governo do Distrito Federal (criado pela Constituição de 1988).

O CEDOC - Centro de Documentação dos Associados Centro-Oeste é uma unidade de informação jornalística subordinada à Diretoria de Redação do Jornal **Correio Braziliense**. Está situado no Edifício Sede do Correio Braziliense, subsolo, SIG, Quadra 2, n.º 340, CEP 70.610-901 – Brasília – DF.

O CEDOC tem como finalidade fornecer subsídios para a pesquisa e a produção da notícia, apoiando a área editorial do jornal **Correio Braziliense**, e preservar a memória institucional resgatando, organizando, preservando e divulgando o acervo arquivístico. Busca, interagindo com a comunidade, ampliar sua função social e possibilitar o acesso ao conteúdo do jornal. Possui, na sua estrutura organizacional um Arquivo Central, um Núcleo de Fotografia e um Núcleo de Texto.

Criado na década de 1970, conta hoje com uma equipe de 26 profissionais com formação nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, História, Jornalismo, Administração e Letras. Seu acervo é formado por fotografias jornalísticas produzidas e guardadas desde a fundação do jornal em 21 de abril de 1960. Atualmente, o acervo físico é armazenado em depósito climatizado, com controle de temperatura e umidade do ar. O acervo digital é armazenado e gerenciado em servidor NAS⁴¹ com cópias de segurança em fitas magnéticas. O inventário atual é de aproximadamente sete milhões de fotogramas, um milhão de ampliações fotográficas, 900 mil imagens digitais, cromos, telefotos e CD-ROMs. As fotografias estão classificadas por assuntos e personalidades, ordenadas alfabeticamente e acondicionadas em pastas de papel. Os negativos estão ordenados numericamente e acondicionados em envelopes. Os

⁴¹ **NAS** - NETWORK ATTACHED STORAGE. Solução de hardware e software que compõe um servidor específico para armazenar e gerenciar dados.

campos dos envelopes dos negativos – número, nome do fotógrafo, editoria, pauta, data e nomes das pessoas - eram preenchidos pelos fotógrafos.

A gestão atual, sob a gerência da arquivista Vânia Caldas, e desde 1998, é responsável pela criação de um sistema on-line que, implantado em 2003, racionalizou processos, qualificou o tratamento da informação, agilizou a recuperação das imagens e possibilitou o acesso simultâneo de múltiplos usuários. Desde janeiro de 2004, todas as máquinas fotográficas foram substituídas por máquinas digitais e o **Correio Braziliense** não mais produz negativos fotográficos. Todas as edições do jornal, desde 1999, estão disponíveis em versões digitalizadas e as fotografias anteriores a este período estão num constante processo de digitalização de imagens.

O padrão de metadados adotado pelo CEDOC é o IPTC (do Conselho Internacional de Telecomunicação Jornalística), o mesmo adotado pelas agências de notícias internacionais Reuters, France-Press entre outras. Consta de uma codificação de campos para identificação de imagens, incluindo crédito, pauta, descrição, data, local, etc.

CAPÍTULO III – A Trajetória & Fotos

III.1 O Candidato e o contexto histórico

No cenário nacional, após 29 anos sem eleições presidenciais, como resultado da promulgação da nova Constituição, em 1988, o Brasil viveu novamente a experiência democrática de ter diferentes candidatos, por diferentes partidos, concorrendo ao cargo de Presidente de República através do voto popular, com campanhas eleitorais públicas. Foram candidatos, entre outros: Leonel Brizola, pelo PDT, defensor do nacionalismo getulista; Paulo Maluf, pelo PDS, herdeiro da ex-Arena, partido de sustentação ao regime militar que durante 20 anos deteve o poder; Ulysses Guimarães, pelo PMDB, ex-MDB, partido que se opôs ao regime militar, que foi o grande vitorioso nas eleições de 1986, e que era o partido do então Presidente, José Sarney; Mário Covas, pelo PSDB, partido que surgira como uma dissidência do PMDB e defensor da social-democracia; Luiz Inácio Lula da Silva, pelo PT, partido de origem sindical e universitária que, de orientação marxista, defendia as mais profundas reformas sociais; e Fernando Collor de Mello, governador de Alagoas, político que até 1988 era desconhecido no cenário nacional, pelo PRN, partido criado especificamente para sua candidatura.

No cenário mundial o socialismo agonizava como prática política. O capitalismo, agora soberano, passava por reformulações e, valendo-se de sua hegemonia, adotava medidas para intensificar a dominação da economia mundial pelos países industrializados.

“Denominadas ‘neoliberais’, essas medidas foram aplicadas inicialmente no programa de governo de Margareth Thatcher, a partir dos anos 80. Tendo como eixo central o combate ao poder dos sindicatos e a redução do papel do Estado na economia (Estado mínimo), empregou-se o receituário neoliberal: privatização das empresas estatais, flexibilização da legislação trabalhista, redução da carga fiscal e abertura comercial.”¹

¹ Roberto Candelori. *Atualidades: O Consenso de Washington e o Neoliberalismo* in Folha Online <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u11503.shtml>

Fernando Collor de Mello foi o quarto filho do casal Arnon e Leda Collor de Mello e nasceu no Rio de Janeiro. Seu pai governou o Estado de Alagoas de 1951 a 1956 e seu avô materno, Lindolfo Collor, foi um dos articuladores da Revolução de 30. Aos 17 anos foi morar em Brasília, onde cursou economia.

Em 1973, mudou-se para Maceió para assumir a direção do **Gazeta de Alagoas**, a convite do pai, dono do jornal. Casou-se pela primeira vez em 1975 com a socialite carioca Lilibeth Monteiro de Carvalho, mãe de seus dois filhos. Separou-se em 1981 para casar, três anos mais tarde, com a alagoana Rosane Malta, de quem separou-se recentemente.

Por indicação de seu pai foi nomeado prefeito de Maceió em 1979. Alcançou uma cadeira de deputado federal pelo PDS, em 1982. Elegeu-se governador de Alagoas em 1986, pelo PMDB e ficou conhecido em todo o país pela “caça aos marajás” e pelas críticas ao presidente José Sarney.

III.2 Collor e a Imprensa

A opção pelas imagens fotojornalísticas de Fernando Collor de Mello deve-se ao fato de ele haver sido o primeiro presidente eleito pelo voto direto desde 1960, com campanhas livres, após o período de ditadura militar de 1964 a 1984; deve-se ainda ao caráter personalista de seu estilo de campanha e governo, estilo este que procurou relacionar, e se fazer valer, dos recursos da mídia; também por ser visto como um candidato “fabricado” – que surgiu do anonimato, venceu grandes nomes da política tradicional, conquistou espaço na mídia e se elegeu presidente.

A relação de Collor com a imprensa foi contraditória. Sua candidatura foi viabilizada por reportagens que o tornaram conhecido em todo o país. Tal relação é narrada e detalhada por Mário Sérgio Conti, em sua obra **Notícias do Planalto**² e não se pretende, neste trabalho, a ela se ater senão no contexto das fotografias e da relação com o **Correio Braziliense**.

Collor, ex-repórter, era herdeiro de um grupo de comunicações: as Organizações Arnon de Mello. Soube tirar proveito das relações que tinha no círculo brasileiro das comunicações e seu grupo. Valendo-se do conhecimento que detinha, explorou sobremaneira o potencial que a imagem poderia oferecer a um candidato desconhecido e a um presidente eleito por apertada margem.

No dia 2 de abril de 1987, a **Rede Globo** levou ao ar o programa **Globo Repórter** sobre os marajás e deu início a um sentimento nos brasileiros, já revoltados com os salários corroídos pela inflação, de repúdio aos altos salários que muitos cargos e setores ofereciam aos seus ocupantes e destes aposentados. Em 5 de abril o **Jornal do Brasil** publicava reportagem sobre o “Furacão Collor”. Em 22 de abril, a **Veja** publicou entrevista em suas páginas amarelas. Em outubro daquele ano seria a vez da revista **Playboy** entrevistá-lo para, em dezembro, também fazê-lo a **Revista Senhor**.

Em 23 de março, quase que exatamente um ano após o programa sobre os marajás, a **Veja** estampou em sua capa “Collor de Mello: O Caçador de Marajás”. A

² Mário Sérgio Conti. *Notícias do Planalto: A Imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

partir daí Collor associou definitivamente à sua imagem o papel de renovador do Estado e da política brasileira. A mesma revista **Veja** lançaria como capa, em junho de 1991: “A República de Alagoas: como a turma de Collor está fazendo e acontecendo” após a revista **Isto É** haver publicado em outubro de 1990, a capa sobre PC Farias “Ele complica a vida do Governo”. No mês de maio de 1992, a revista **Veja** trouxe em três das quatro edições do mês matérias de capa denunciando Paulo César Farias. No dia 26 de maio foi criada a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar as denúncias feitas por Pedro Collor de Mello à revista **Veja**. Era o início do processo cívico-político que colocaria fim ao Governo Collor. Processo que foi acirrado com a reportagem da revista **Isto É**, em 27 de junho, que trazia o motorista Eriberto França relatando que PC Farias pagava as despesas pessoais do presidente e da família. Tal reportagem ligaria definitivamente a pessoa do presidente ao esquema de corrupção criado por PC Farias.

As revistas semanais tiveram um papel determinante na construção da imagem do candidato e na sua destruição, que levou ao processo de *Impeachment*. Emiliano fala do papel que as revistas semanais tiveram no processo ao dizer que:

“**Veja** e **Isto É** lideraram o processo, porque são os meios de comunicação ao mesmo tempo, mais sensíveis à classe média e menos ligados à tradicional oligarquia de poder”³.

Se as revistas tiveram duplo papel na trajetória política de Collor o mesmo não se pode dizer das **TV Globo** e do **SBT**. Roberto Marinho, então presidente das Organizações Globo, anunciou seu apoio a Collor ainda durante a campanha política no mês de agosto de 1989. No mês de outubro, Sílvio Santos anunciou sua candidatura à presidência, candidatura esta que seria cassada no dia 8 do mês seguinte.

O **Jornal do Brasil** adotou a mesma conduta das revistas. Foi dos veículos que primeiro promoveu a candidatura e juntou-se aos outros quando iniciaram as denúncias diversas. O **Folha de São Paulo** e o **Estado de São Paulo** não só não fizeram apologia ao candidato como foram os primeiros veículos a combaterem o governo. O

³ Emiliano José. *Imprensa e Poder: Ligações Perigosas*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia; São Paulo, Hucitec, 1996. p. 8

Folha de São Paulo colocou como matéria de capa, ainda no mês de março, dias após a posse de Collor, matéria comparando em texto e imagens Collor a Mussolini, sob o título: “Qualquer semelhança é mera coincidência”.

Os jornais foram os primeiros a denunciar os esquemas de corrupção no governo: Em julho de 1990 o **Folha de São Paulo** denunciou a contratação das agências de publicidade, sem licitação, pelo governo; O **Jornal do Brasil**, em agosto de 1991, publicou reportagens sobre as irregularidades cometidas por Rosane Collor frente à Legião Brasileira de Assistência; **O Globo** veiculou reportagem sobre concorrência fraudada do Exército para a compra de uniformes, em 20 de outubro; e o **Correio Braziliense** publicou matéria sobre a compra superfaturada de bicicletas, pelo Ministério da Saúde, no dia 3 de dezembro, que provocaria a saída do ministro Alcení Guerra, do governo, no mês de janeiro seguinte.

No dia 30 de junho de 1992, simultaneamente, editoriais do **Folha de São Paulo** e d'**O Estado de São Paulo** defenderam a renúncia de Fernando Collor. Em 14 de julho a Rede Globo iniciou a série Anos Rebeldes, lembrando os duros anos da ditadura. Após 16 de agosto, quando manifestantes saíram às ruas vestindo preto e pedindo a renúncia de Collor, toda a imprensa passou a promover o movimento pró-Impeachment.

III.3 O Candidato

Em consonância com a cartilha neoliberal, Fernando Affonso Collor de Mello, apresentou-se como o candidato que promoveria as reformas necessárias para: reduzir os custos do Estado brasileiro, abrir o mercado nacional ao capital estrangeiro e combater definitivamente a inflação, mal crônico que afetava os brasileiros há décadas e cujo combate, através de choques econômicos, já havia sido tentado várias vezes pelo Presidente José Sarney. Habilmente foi construída uma candidatura que apresentava Collor como opção nova de candidato, jovem (ao contrário da maioria dos adversários), defensor da livre-iniciativa (contrapondo-se ao também jovem e novo Lula), defensor da modernização (como JK), defensor dos “descamisados” (como Getúlio Vargas), combatente da inflação (como Sarney) e com forte discurso



moralizador (como Jânio Quadros).

No dia 15 de maio de 1989, Collor deixou o governo de Alagoas e se lançou candidato pelo PRN (Partido da Reconstrução Nacional), a Presidente da República. Durante sua campanha levou multidões aos seus comícios, como na foto acima, antes do segundo turno das eleições, na Ceilândia, no Distrito Federal. Os grandes palcos da disputa, contudo, foram os estúdios de TV, com os debates e programas eleitorais gratuitos. Nos anos seguintes, diante do uso que os pequenos partidos fizeram do tempo que dispunham, e da influência que o debate final, transmitido e organizado pela Rede Globo tiveram, as regras de propaganda eleitoral foram alteradas.

Na foto de Raimundo Paccó, veiculada no dia 10 de novembro de 1989, podemos observar a magnitude dos comícios realizados nas campanhas daquela eleição presidencial, a primeira depois de 21 anos de Ditadura e eleições indiretas. A foto faz o registro histórico, entre outras coisas, da utilização de ônibus para deslocamento da militância (que se vê ao fundo), da utilização de faixas, cartazes e bandeiras com a efígie e com o número do candidato e da utilização de caminhões-palco para conduzir o candidato.

III.4 Eleito

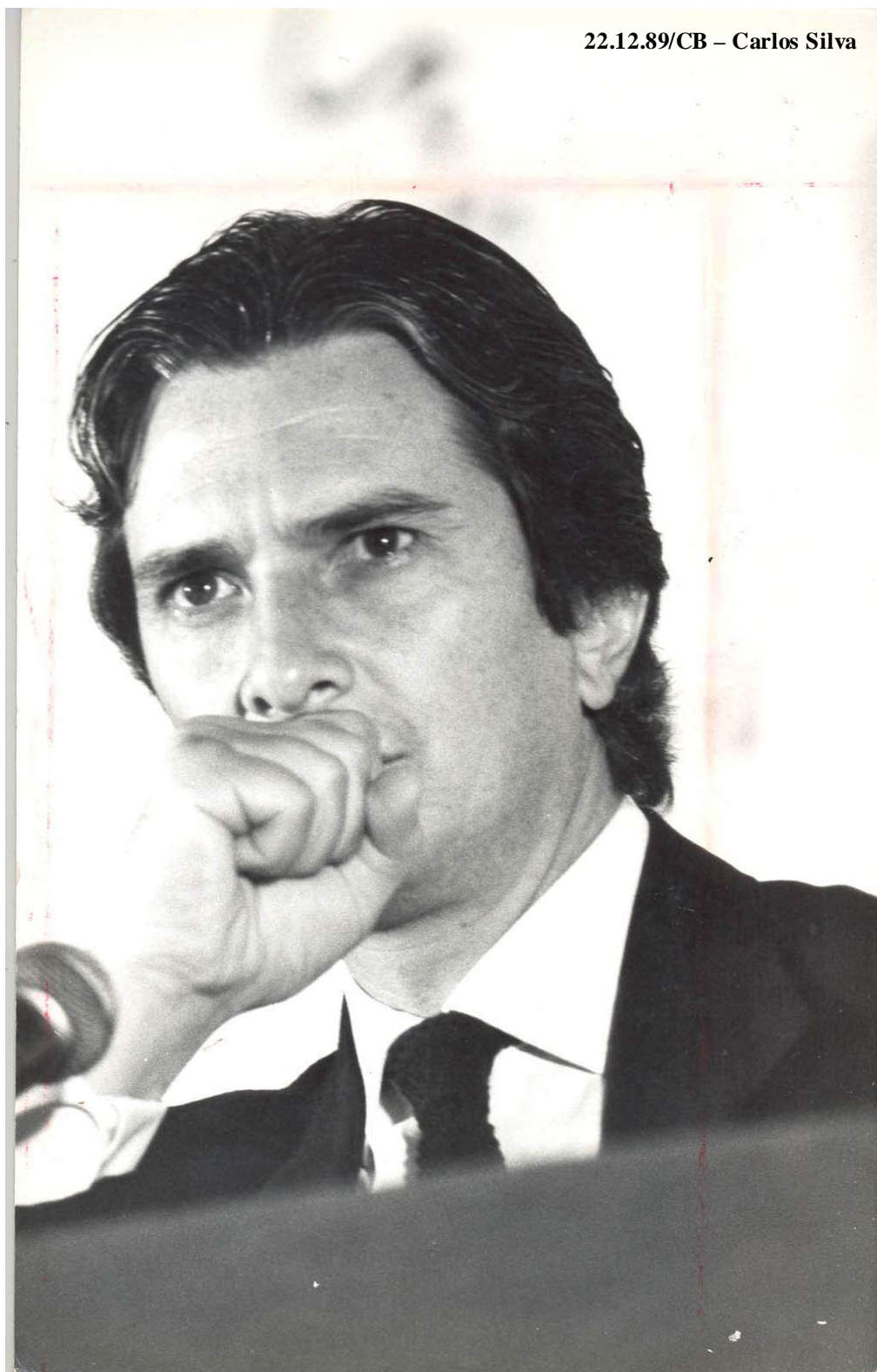
Terminada a apuração do primeiro turno constatou-se a opção do eleitor brasileiro por um presidente dissociado dos círculos políticos tradicionais. Collor venceu com 28,53% dos votos seguido por: Lula, (16,08%); Brizola, 15,45%; Covas, 10,78%; Maluf, 8,28%; Guilherme Afif Domingos(PL), 4,53; Ulysses – abandonado pelas fileiras do seu partido – 4,43%; Roberto Freire(PCB), 1,06%; Aureliano Chaves(PFL), 0,83%; e Ronaldo Caiado(PSD), 0,68%. Foram para o segundo turno, Collor, com o apoio das elites urbanas e rurais brasileiras, e Lula, com o apoio do PDT, das alas sindicalistas e marxistas do PMDB e com um apoio discreto do PSDB. Resultado que, meses antes, nenhum analista político arriscaria.

Como resultado do 2º turno eleitoral, Collor elegeu-se com 35.089.998 de votos (42,75%) como o mais jovem presidente do Brasil e o primeiro eleito por voto direto desde 1960. Lula recebeu 31.076.364 votos (37,86%) numa das mais acirradas eleições presidenciais que o país já teve. Nessa eleição, onde os eleitores com menos de 45 anos votavam pela primeira vez, os comícios perderam lugar para a TV, grande palco eleitoral.

Na foto, a seguir, de Carlos Silva, vemos o presidente eleito em sua primeira entrevista coletiva. Vemos a escolha do fotógrafo por uma imagem que denota a atenção do entrevistado, a determinação estampada no olhar e a mão colada à boca como sinal de interesse. A imprensa é tida como o 4º poder. Collor sabia muito bem do respeito e da atenção que à imprensa deveria dispensar como forma de ter de volta o mesmo tratamento.

Uma entrevista coletiva é realizada com o objetivo de colocar diferentes órgãos de imprensa em contato simultâneo com as mesmas imagens e com o mesmo discurso. Pretende-se, assim, que a cobertura e a divulgação do evento seja feita da forma mais homogênea possível e transmitindo todos os veículos, a um só tempo, as mesmas notícias. É a forma de entrevista onde o entrevistado tem o maior controle ideológico sobre a difusão do conteúdo produzido. Susan Sontag ressalta que a ideologia permeia a fotografia e a antecede na constituição do evento selecionado ao ser fotografado:

“Embora um evento tenha passado a significar, exatamente, algo digno de se fotografar, ainda é a ideologia (no sentido mais amplo) que determina o que constitui um evento. Não pode existir nenhuma prova, fotográfica ou de outro tipo, de um evento antes que o próprio evento tenha sido designado e caracterizado como tal”⁴.



⁴ Susan Sontag op. cit, p.29

III.5 O Presidente

Collor tomou posse em 15 de março de 1990, para um mandato de cinco anos. Anunciou a chegada da "modernidade" econômica: livre mercado, fim dos subsídios, redução do papel do Estado e um amplo programa de privatização. Prometeu acabar com a inflação que estava em 80% ao mês e que já acumulava 1.000.000% nos últimos cinco anos. Já em sua posse, assinou 20 medidas provisórias e três decretos relativos à economia e à extinção de órgãos governamentais de cultura e educação.

Brasília testemunhou nesse dia a maior festa de posse de um Presidente da República na história do país e a primeira de um presidente eleito pelo voto popular desde Jânio Quadros, 29 anos antes. Na imagem captada por Carlos Silva, que coloca o presidente em primeiro plano, conduzido no Rolls Royce presidencial, podemos ver o trabalho dos batedores e dos responsáveis pela sua segurança e podemos ver, sobretudo, formando o fundo, em segundo plano, a multidão que o legitima. A fotografia ilustrou o **Correio Braziliense** no dia seguinte e foi replicada em muitas outras publicações.



As novas tecnologias permitiram que as imagens da posse presidencial chegassem em tempo real, pela televisão, e no dia seguinte, através dos jornais, a todo o mundo e a lugares do Brasil que, em 1960, ficaram privados de tal compartilhamento imagético de alegria nacional pela perspectiva de novos e bons tempos. Documentada a esperança, a imprensa dava continuidade à construção de representações de que a modernização, personificada em Collor, promoveria avanços sociais.

Sontag reconhece a possibilidade criada pela fotografia, de captação, de perpetuação e de duplicação, ao dizer que: “O que a fotografia reproduz ao infinito só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente”⁵.

Em seu discurso de posse Collor prometeu modernizar o país e destacou que a modernização seria um instrumento de combate ao “egoísmo doentio” de uma parcela da elite brasileira que era atrasada, dona de privilégios cartoriais e que defendia interesses exclusivamente particulares. Ato contínuo, no dia 16 de março, decretou o Plano Collor de combate à inflação: extinguiu o cruzado novo e reintroduziu o cruzeiro e confiscou o saldo das cadernetas de poupança, contas correntes e demais investimentos acima de 50 mil cruzeiros.

⁵ Idem, ibidem, p.13

III.6 O Super-Homem



Desde a posse, Collor procurou trabalhar a imagem de um governante destemido, jovial, ousado e habilidoso. Misturava em sua imagem as coragens política

e pessoal e comparava, sub-repticiamente, os desafios dos esportes e dos deslocamentos com os desafios políticos, econômicos e sociais.

No dia 17 de março de 1991, na página 4, do Caderno Cultura, sob o título “Collor ano um: presidente em ritmo de aventura”, o **Correio Braziliense** trouxe uma coletânea de fotos dispostas lado a lado, todas com subtítulos, ressaltando as atividades inusitadas de um presidente jovem e audacioso. Em comemoração ao aniversário de governo, o jornal ressaltou uma das representações que o Presidente Collor trabalhou para criar sobre sua imagem.

É importante notarmos que a matéria do jornal traz uma duplo sentido para a palavra aventura. Na chamada **Collor ano um: presidente em ritmo de aventura** deu-se dois sentidos à palavra. Quem se aventura é aventureiro. Após um ano na presidência, estaria o Jornal destacando as atividades esportivas e as jornadas inusitadas do jovem presidente? Ou estaria se referindo à aventura na qual havia metido o país com o Plano Collor?

Na fotomontagem são associadas palavras de forte e ambíguo significado como legendas das fotografias: “Culto ao corpo” pode denotar tanto um presidente que se preocupa com a sua saúde quanto um presidente narcisista; “Contra a maré” pode se referir tanto às adversidades enfrentadas no exercício do cargo quanto às demandas da economia; “Subterrâneo” dá o sentido de que coisas do governo acontecem às escondidas; “Programa de Índio”, hoje uma expressão politicamente incorreta, era uma expressão utilizada para jornadas malogradas, entediantes ou de mau gosto; “Na lama”, expressão pejorativa, quer dizer que se está numa péssima situação; “Manobra militar”, para um país ainda traumatizado pelo regime militar do qual saíra há pouco tempo, significava muito menos um exercício tático das Forças Armadas do que os conluíus entre civis e oficiais que foram tão comuns na história recente do Brasil; “Mão na bola”, embora a foto retratasse um jogo de volei, no jargão do futebol, quer dizer que foi uma jogada faltosa, desleal, e que a posse da bola deverá ser concedida ao adversário; “Glória nas Alturas”, expressão religiosa reservada aos santos e às divindades, nitidamente procurava representar a vontade do jovem presidente em sentir-se e parecer um deus.

Esta fotomontagem, que o tempo mostrou premonitiva em grande medida, nos parece o primeiro momento em que o **Correio Braziliense** faz uma advertência explícita para os cuidados que o governo deveria tomar e as ameaças que pairavam sobre o Brasil. A inflação que um ano depois do Plano já beirava os 20% ao mês, o desemprego existente e as dificuldades que atravessavam os setores produtivos constringiam-se à estratégia presidencial de auto-promoção e com um governo cujos desmandos e corrupção começavam a dar mostra.

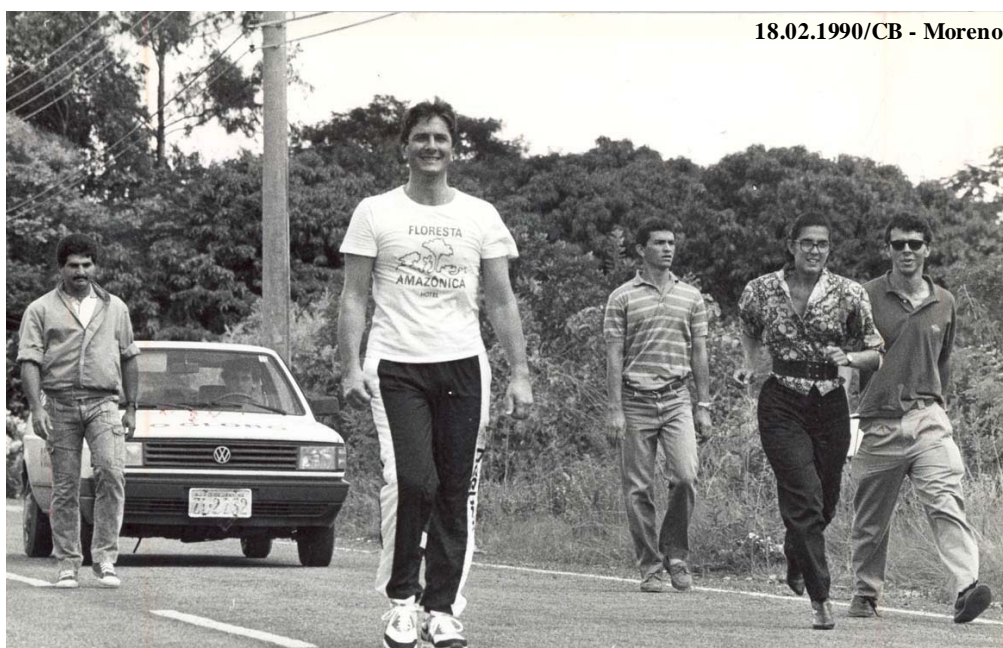
Podemos perceber que a interpretação de “mensagem de advertência”, da matéria, foi dirigida aos leitores mais esclarecidos, aos “formadores de opinião”, àqueles que fossem capazes de entender o jogo de palavras feito. Não foi dirigida aos leitores mais populares, também porque naquele momento a popularidade do presidente ainda era alta entre as camadas mais baixas da sociedade. Podemos constatar tal iniciativa pela localização da matéria: uma página inteira, par, dentro de um caderno voltado para as classes mais altas, consumidoras de cultura não-popular. Fosse a intenção do jornal trabalhar a representação de um líder atlético, destemido e poderoso o faria numa página ímpar, dentro de um caderno de penetração mais popular como o de Cidades ou o de Esportes.

“A tentativa de se mostrar ousado, entretanto, combinava com o estilo pessoal que o presidente procurou adotar desde o início do governo, mantendo a imagem agressiva da campanha eleitoral. Apresentando-se como o campeão da juventude e do destemor, Collor convidava a imprensa para fotografá-lo praticando esportes, pilotando aviões a jato, dirigindo jet-skys, entre outras atividades pouco usuais para um presidente da República.”⁶

Durante essa época sua assessoria de imprensa tratava cuidadosamente de tornar pública a atividade que ele praticaria. Entre as inúmeras atividades esportivas empreendia longas e rápidas caminhadas - como na foto que segue, de Moreno, onde podemos ver o esforço dos jornalistas em acompanhar um caminhante sorridente. Essas imagens correram o país e o mundo: “um jovem e telegênico presidente (chamado por George Bush de *Indiana Jones* brasileiro)”⁷.

⁶ Alzira Alves Abreu et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Verbete: “COLLOR, Fernando” São Paulo: FGV Editora, 2001, p.1445

⁷ Thomas Skidmore. “A queda de Collor: uma perspectiva histórica” in. Keith S. Rosenn e Richard Downes (Orgs.) *Corrupção e Reforma Política no Brasil: o Impacto do Impeachment de Collor*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000, p. 23.



Collor sabia do poder da comunicação e procurou sempre comunicar-se da melhor maneira e de todas as formas. A utilização de camisetas com mensagens era uma constante em suas aparições externas. Todas sempre com uma mensagem dirigida a um grupo social, ou mais que um, e sempre com temas de forte apelo cívico e moral. Na foto acima, que aconteceu antes que assumisse a presidência, durante o governo de transição que antecedeu a posse, ele vestiu uma camiseta com dizeres de defesa à Amazônia. O discurso atendia às expectativas tanto dos ecologistas e naturalistas brasileiros e estrangeiros, preocupados com a preservação da floresta, quanto, e principalmente, aos militares que denunciavam as incursões estrangeiras na amazônia e preocupavam-se com o controle e defesa do importante e estratégico espaço nacional.

Segundo Susan Sontag:

“A fotografia dá a entender que conhecemos o mundo se o aceitarmos tal como a câmera registra. Mas isso é o contrário de compreender, que parte de não aceitar o mundo tal como ele aparenta ser”⁸.

Ela nos fala sobre o efeito que imagens como estas, temáticas e reforçantes, causam no imaginário, dizendo que o entendimento que a imagem fotográfica nos transmite é um entendimento incompleto e ilusório, aceitá-lo seria aceitar as representações por ela criadas.

⁸ Susan Sontag. op.cit, p.33

III.7 O Salvador da Pátria

A imagem de “salvador da pátria” foi a primeira a ser associada por Collor, habilmente manipulada pelo grupo de profissionais responsável pela comunicação do candidato e do presidente, e foi difundida pela imprensa à exaustão até que começaram os escândalos de corrupção que assolaram seu governo. Inicialmente interessava vincular a salvação da Pátria aos preceitos neoliberais de diminuição do Estado e de modernização do País.

Thomas Skidmore diz que Collor baseou a sua campanha na imagem do messianismo político, valendo-se da crença brasileira, e da própria cultura na qual Collor foi criado, de acreditar em salvadores:

“Aqui Collor bebia de uma longa tradição. A crença brasileira nos salvadores tinha suas raízes no sebastianismo português – a crença de que Dom Sebastião, que desaparecera em combate no norte da África em 1578, um dia voltaria para conduzir Portugal à glória”⁹.

Fotos com crianças foram uma constante no cotidiano do presidente, como esta retratada por Adauto Cruz quando Collor desce a rampa do Palácio do Planalto acompanhado de inúmeras crianças que, note-se, traziam palavras de forte efeito social estampadas nas camisetas: lazer, liberdade, dignidade, profissionalização e não-violência. Podemos ver também a diversidade das pessoas que compõem o grupo, não por acaso: homens, mulheres e crianças, brancos, negros e índios, políticos, militares e pessoas simples. A descida da rampa se dá de forma organizada e encenada de maneira a permitir que todos sejam fotografados e distinguidos individualmente. O presidente, que vem à frente do grupo, é registrado no momento em que chega à base da rampa, no momento em que desce, simbolicamente, ao nível do povo.

Fotos como essas eram fruto de ocasiões criadas pelos assessores de comunicação para serem inevitavelmente fotografadas e filmadas e correrem o país. Note-se ainda a presença do então Ministro da Saúde, Alcení Guerra, terceiro da direita para esquerda, de baixo para cima. O Ministro estava abalado pelas denúncias do superfaturamento na compra de bicicletas feitas pelo **Correio Braziliense** três semanas antes. Presenças como essas, do Ministro, são criadas como forma de

⁹ Thomas Skidmore. op. cit. P.27

reafirmar o prestígio que possuem junto ao Líder e usadas como forma de sustentação do cargo. Não adiantou. O Ministro não sobreviveu às denúncias e deixou o cargo no mês seguinte.

Crianças simbolizam também o futuro, aqueles que dependem das decisões tomadas e do trabalho realizado no presente. “A infância simboliza a inocência, o estado anterior ao pecado. Anjos são representados como crianças e sinal de pureza”¹⁰. Collor cercou-se e fotografou-se junto delas em inúmeras oportunidades valendo-se de todos os bons significados que elas poderiam representar. Identificando-se com o novo em detrimento do “velho” buscou construir uma representação de vanguarda política, de preocupação social e de compromisso com o futuro do país.

Susan Sontag mostra-se preocupada com a disseminação de imagens falsas de um mundo fragmentado que a fotografia pode proporcionar dada a suas facilidades tecnológicas de difusão e reprodução, e o controle social que isso pode implicar:

“A exploração e a duplicação fotográficas do mundo fragmentam continuidades e distribuem os pedaços em um dossiê interminável, propiciando dessa forma possibilidades de controle que não poderiam sequer ser sonhadas sob o anterior sistema de registro de informações: a escrita”¹¹.

A imprensa brasileira foi extremamente condescendente com as iniciativas de Collor de difundir as imagens que lhe interessavam dentro da sua estratégia de comunicação. As fotografias reproduzidas nos jornais contribuíram com a construção das representações que politicamente lhe convinham.

¹⁰ Jean Chevalier e Alain Gheerbrant. Dicionário de Símbolos. 19 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2005.

¹¹ Susan Sontag op. cit. p.173

III.8 O Louco

Da mesma forma que interessou vincular a “salvação da Pátria” à figura de um Collor vigoroso e vitorioso, quando os escândalos se tornaram públicos, os esquemas de corrupção descobertos, e o Plano Econômico começou a se confirmar um fiasco, procurou-se a desvinculação da imagem do homem para salvar a imagem do Estado moderno. A partir das declarações feitas por seu irmão e publicadas na revista **Veja**, de 23 de maio de 1992, sob o título de capa “Pedro Collor conta tudo” a imagem do presidente foi fortemente abalada e sua figura passou a ser diretamente associada ao arbítrio e à corrupção que tomavam conta do governo. Na terceira entrevista dada à revista, mesmo pressionado pela família a parar com as denúncias, Pedro Collor acusou o irmão Fernando de conivência com o esquema de corrupção montado por Paulo César Farias, dizendo que este era, na verdade seu “testa-de-ferro”.

Diante de tais declarações, no dia 25 de maio, a Polícia Federal instaurou inquérito sobre as atividades de PC Farias. No dia seguinte, a Câmara dos Deputados aprovou a criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar as denúncias. No plano sócio-econômico o país enfrentava desemprego, recessão, estagnação do PIB e uma inflação já perto de 25% ao mês.

Observa-se na foto de Ivaldo Cavalcante, a “careta” captada fora do contexto de homenagem no qual a foto se deu. Com a legenda “Collor é homenageado por eleitores” retrata-se um Collor da maneira como era visto, naquela momento, pelo senso geral: um político genioso, de temperamento imprevisível, egocêntrico, autoritário e arrogante.



Nesse momento a maior parte da imprensa rompia com a sistemática de fotografar Collor da maneira como ele fazia por ser visto. A imprensa passava a retratá-lo da maneira como passara a ser visto e da maneira como personalizava o jeito de ser do seu governo. Se antes as imagens, notadamente as fotográficas, ajudavam a construir as representações intentadas pelo projeto de poder de Collor, agora, numa inversão de papéis e de valores, o fotojornalismo passou a destruir as representações anteriormente criadas e a construir novas e negativas representações. As fotografias que registravam caretas, boca aberta, olhos fechados, gestos brutos e posturas inesperadas passaram a ilustrar as matérias.

Segundo Skidmore, a agressividade da imprensa, notadamente a escrita e a eletrônica, somaram-se ao problemas de Collor e tiveram papel crucial na sua queda e, por diversos motivos, que o autor não detalha, muito jornalistas tiveram relativa liberdade para cobrir a crise do governo Collor¹². O brasilianista atribui ao que ele chama de “fator pessoal” a causa determinante do *impeachment* quando diz que:

“Não obstante a influência de fatores ambientais e institucionais, não teria havido nenhum *impeachment* se não fosse pelos atributos pessoais de Fernando Collor de Mello. Quaisquer que fossem os defeitos estruturais do sistema político, os políticos convencionais que constituíram o Congresso provavelmente não teriam votado a favor do afastamento do presidente . Foram obrigados a agir por um comportamento presidencial que só pode ser definido como politicamente suicida”¹³.

Resgata ainda as origens coronelistas de Collor:

“A boa aparência de Collor não conseguia esconder uma atitude arrogante própria de uma fase anterior da política brasileira. Esse atributo é comum entre as personalidades públicas, mas Collor não se esforçava para escondê-lo. Estava habituado a fazer poucas concessões ao lidar com outros políticos. Parecia a encarnação moderna do infame ‘coronel’ da política nordestina, acostumado a mandar ao invés de negociar”¹⁴.

Acrescente-se a essa postura de arrogância a presunção de Collor. Supervalorizando seu poder ele não acreditou, até o último momento, que o Congresso fosse cassar seus direitos.

¹² Thomas Skidmore op. cit., p. 33

¹³ idem, ibidem, p. 34

¹⁴ idem, ibidem, p.35

III.9 O Impedido

As investigações, tanto políticas quanto policiais, sobre as denúncias que recaíram sobre o governo Collor começaram a ser acompanhadas atentamente pela opinião pública. Foi fundado o Movimento Cívico contra a Impunidade e pela Ética na Política. Desse movimento fizeram parte a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), entre outras entidades representativas. Os “caras-pintadas”, estudantes secundaristas e universitários, puseram-se na linha de frente contra o governo.

No dia 16 de agosto, manifestantes, em 10 capitais brasileiras, saíram às ruas vestidos de preto exigindo o *impeachment* de Collor. Dias depois, a ABI, na figura de seu presidente Barbosa Lima Sobrinho, apresentou o pedido de impedimento de Collor que também foi assinado por Marcelo Lavanère, presidente da OAB.



28.09.92/CB – Arníl do Schulz

Na foto de Arnildo Schulz, vemos o presidente chegar de carro no Palácio do Planalto um dia antes da votação do *impeachment* pela Câmara dos Deputados. A foto foi veiculada no dia 29 de setembro de 1992, dia da votação, na página 2. Nela Collor procura passar uma imagem de serenidade e tranquilidade acenando aos que o viam. O fotógrafo o registra e o enquadra apenas na janela. Agora Collor não estava mais como agente dos acontecimentos, pelo contrário, estava a observar, como de uma janela, as coisas acontecerem independentemente à sua vontade.

Toda a capa do jornal deu destaque à votação sem apresentar a imagem do presidente. Esta seria uma das últimas imagens do Collor poderoso veiculada pelo jornal. A ela sucederiam apenas fotos retratando o cotidiano de um homem que lutaria contra a perda de seus direitos políticos.

Collor acreditou até o último momento que o *impeachment* não seria aprovado. Bem ao seu feitio. Deixou de renunciar e com isso perdeu seus direitos políticos. A Câmara dos Deputados aprovou, por 441 votos contra 38, a admissibilidade do processo com base em dois argumentos: o de ter permitido “ de forma expressa ou tácita, a infração da lei e da ordem pública” [Lei nº1.079, art. 8 (7)]; e o de ter ele procedido “de modo incompatível com a dignidade, a honra e a decência do cargo” [Lei nº 1.079, art. 9 (7)]¹⁵. Autorizou, assim, o Senado a abrir processo contra Collor e determinou o seu afastamento da Presidência.

¹⁵ Fábio Konder Comparato. “O Processo de impeachment e a importância constitucional do caso Collor” in. Keith S. Rosenn e Richard Downes (Orgs.) *Corrupção e Reforma Política no Brasil: o Impacto do Impeachment de Collor*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000, p.118

CORREIO BRAZILIENSE

ORGÃO DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS - LONDRES, 1808 HIPOLITO JOSE DA COSTA, BRASILIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

Distribuição Fedatária, Geoscondemica e Góias Cx 3.500,00

Brasília, quarta-feira, 30 de setembro de 1992

Mais de cem mil pessoas ocupando a rampa em frente ao Congresso Nacional acompanharam com atenção a votação explosiva de alegria quando anunciado voto que garantiu aprovação do impeachment

Povo lava alma em festa da vitória após Câmara tirar Collor do Governo

HOJE

Esta edição compõe-se de 54 páginas, mais distribuídas:

- Brasil: 2 a 5, 8 a 16
- Paraná: 5 e 7
- Internacional: 17 a 19
- Grande Arredondo: 20
- Internacional: 21 e 22
- Esportes: 23 e 24
- Temas: 25
- Cidades: 8 páginas
- SOB: 8 páginas
- Temas: 8 páginas
- Classificados: 8 páginas
- Anúncios: 3.429

Demissões

Todos os ministros pediram demissão antes ao presidente Collor. Os presidentes da Caixa Econômica Federal, Alvaro Mendes, e do Banco do Brasil, Roberto Coutinho, foram os primeiros a renunciar. Outros ministros, como o do Planejamento, também renunciaram. Os ministros trabalharam muito tentando evitar o impeachment. Página 13

Concurso

O CORREIO BRAZILIENSE publica hoje os gabaritos dos testes de Português e Matemática Gerais do Concurso Público para Agente de Apoio da Câmara Legislativa do DF, realizados sábado e domingo passados. As vagas são para Contador, Bombeiro, Eletricista, Carpinteiro, Jardineiro, Cozinheiro, Faleiro, etc. Cidades, página 7

Cotações

Dólar comercial: Cr\$ 5.330,00 (compra), Cr\$ 5.337,00 (venda); Dólar paralelo: Cr\$ 7.250,00 (compra), Cr\$ 7.330,00 (venda); Pousadia: R\$ 25,38; TRD: 1.000.000; UFR: Cr\$ 7.840,36; UFRF: Cr\$ 432.427,42; Salário mínimo: Cr\$ 122.190,94. Página 18

Tempo

Céu nublado. Possibilidade de chuva a partir da tarde. Temperatura variando entre 18 e 24 graus.

Milhões de brasileiros comemoraram até hoje de madrugada a decisão da Câmara dos Deputados, que acabou ontem por 441 votos a favor, com 38 contra, uma abstenção e 35 ausências, a acusação de crime de responsabilidade contra o presidente Fernando Collor. Hoje, às 10h, o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, leva a decisão ao presidente do Senado, Mauro Besserra. A partir de então estará autorizada a instalação do processo de impeachment no Senado Federal, e o presidente Fernando Collor deve ser comunicado ainda hoje de seu afastamento da Presidência por 180 dias ou até a conclusão do julgamento do processo. O Brasil inteiro parou para acompanhar a votação do pedido de impeachment. Nas principais capitais do País milhões de pessoas ficaram grudadas nos telões torcendo e vibrando voto a voto. No Vale do Arahá, em São Paulo, na Ci-

| Impeachment | |
|-------------|-----------|
| Sim: | 441 votos |
| Não: | 38 votos |

nelândia, no Rio, na Praça Sete, em Belo Horizonte, ou na rampa em frente ao Congresso Nacional, foi uma só explosão de alegria quando os dois testes dos votos necessários foram alcançados. Carapintadas, sindicalistas, gente do povo, numa grande festa cívica, trocaram o clima de ansiedade pelo de carnaval, quando foi anunciado o voto de número 336 pró-impeachment. Na rampa do Congresso, mais de cem mil pessoas que acompanhavam a votação, a maioria jovens, não seguraram mais a emoção. Os meios governamentais e financeiros americanos receberam com alívio a notícia da aprovação do pedido de impeachment, embora manifestassem apreensão sobre os rumos que o País tomará após a posse de Itamar Franco.

Páginas 2 a 16, Cidades e editorial "Hora da reconstrução", página 6

Decisão acatada e comissão vai fazer transição

Em comunicado à Nação feito pelo ministro da Justiça, Celso Borja, o presidente Collor disse que está disposto a aceitar a decisão da Câmara e de se submeter ao julgamento do Senado, prometendo enfrentar todas as etapas do processo da maneira mais civilizada possível. Collor vai preparar sua defesa e não renunciará. Celso Borja anunciou a criação de uma comissão de transição, coordenada por ele, para preparar o governo do vice-presidente Itamar Franco, que deve ser convocado ainda hoje pelo Senado para assumir a Presidência. Os atuais ministros permanecerão no cargo até completar-se a transição. Celso Borja participa de várias reuniões hoje no Palácio do Planalto.

Itamar apressa composição do seu Ministério

O vice-presidente Itamar Franco pretende fechar ainda hoje a composição do seu Ministério, que deverá passar por nova reforma com o restabelecimento do Gabinete Civil, os ministérios da Fazenda e Planejamento, Indústria e Comércio, Interior, Educação, Cultura e Esportes, entre outros. Hoje, os presidentes do PMDB, Orestes Quércia, do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e do PSDB, Tanzi Jurema, se reunem pela manhã para discutir os novos rumos com o governo Itamar, que já tem alguns nomes certos para sua equipe, como o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), para o Itamarati, ou Maurício Corrêa (PDT-DF), para a Justiça. Outros:

No dia 30 de setembro o **Correio Braziliense** noticiou a votação da Câmara e substituiu as imagens pessoais, na 1ª página, pela imagem do povo, festejando o resultado e dos deputados comemorando a votação. No dia 2 de outubro Collor foi afastado, sendo substituído, interinamente, pelo vice-presidente Itamar Franco.

No dia 29 de dezembro o Senado julgou o processo. Diante da iminência do resultado e procurando, numa última tentativa, escapar da condenação Collor entregou uma carta renunciando ao cargo. O Senado não reconheceu a validade da carta, continuou com o julgamento, e o condenou à inelegibilidade e à inabilitação, por oito anos, para o exercício de quaisquer cargos públicos. Itamar Franco assumiu, em caráter definitivo, a presidência da República horas depois do julgamento.

As relações entre poder e imprensa foram muito intensas nos anos Collor. Como jamais fora no Brasil. José Emiliano fala um pouco sobre o que foi, na sua visão, o *impeachment*:

“O *Impeachment* de Collor pode ser interpretado como um momento de ruptura desse padrão (de complacência do jornalismo brasileiro perante o poder). Um momento importante. Por isso, abalou a ideologia dominante nas academias e nos botequins, sobre a importância do jornalismo brasileiro. Mostrou que nem sempre ele se identifica com o poder. Mostrou que dá para fazer um jornalismo de outro padrão no Brasil, dá para agir naquele espaço de contradições de forma a elevar o teor de democracia do sistema”¹⁶.

Em relação ao tratamento imagético dado a Collor, se inicialmente a imprensa o retratou da forma que ele desejava, e como lhe convinha, depois de confirmadas as denúncias contra o seu governo, a imprensa passou a representá-lo da forma que a opinião pública passou a vê-lo.

¹⁶ Emiliano José. *Imprensa e Poder: Ligações Perigosas*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia; São Paulo, Hucitec, 1996. p. 7

CAPÍTULO IV – O Fotojornalismo, A Fotografia, O Fotógrafo e O Fotografado

IV.1 A quem pertence a fotografia?

Roland Barthes preocupa-se com o direito da imagem ao perguntar: “A quem pertence a foto? Ao sujeito (fotografado)? Ao fotógrafo?”¹. A questão de propriedade colocada por Barthes nos permite fazer as mesmas perguntas, transpondo para as questões de interesse histórico: A quem serve a foto? Ao fotografado? Ao fotógrafo? Ao público? A um outro interessado? Estas e tantas outras perguntas podem e devem ser feitas numa análise da fotografia jornalística. São muitas as partes envolvidas. Tanto mais em se tratando de fotojornalismo político. Tanto ainda mais em se tratando de um ex-presidente da República eleito e impedido. Não nos resta dúvidas quanto ao potencial de informação que da fotografia se pode extrair, ou conhecer, como quer Sontag. Se para ela a ideologia antecede a fotografia, para Barthes, pode haver uma alternância de serviços onde uma notabiliza a outra:

“Em um primeiro tempo, a fotografia, para surpreender, fotografa o notável; mas logo, por uma inversão conhecida, ela decreta notável aquilo que fotografa. O *não importa o quê* se torna então o ponto mais sofisticado do valor”².



¹ Roland Barthes, op. cit, p.26

² Idem, ibidem, p.57 (grifo do autor)

Na foto anterior, registrada durante o governo de transição de Collor, ele aparece com a atriz Cláudia Raia. Desta imagem, captada de forma inesperada, onde os fotografados não posam ou olham para o fotógrafo e interagem com uma terceira pessoa excluída da imagem, podemos levantar a questão colocada por Barthes e perguntar: a quem pertenceria a foto? ou, a quem interessaria o evento e a captura dessa imagem? Ao fotógrafo que teve a oportunidade de registrar o encontro de duas pessoas ilustres, que atuam em diferentes e interessantes áreas? De demonstrar o apoio que boa parte do meio artístico dispensou ao candidato, notadamente artistas da **Rede Globo**?

Interessaria a foto ao recém eleito presidente? Para ter sua imagem de juventude e sucesso associada a uma bela e famosa mulher, atendendo aos preceitos do machismo brasileiro em geral e do nordestino em particular? Desejaria o presidente aparecer nas colunas sociais além de aparecer nas editorias de política?

Qual interesse teria a atriz? O que a teria levado a apoiar um candidato a presidente durante a campanha e associar-se a ele depois de eleito?

Pode a todos interessar a imagem. Todos os envolvidos podem se valer do valor que um agrega ao outro. Ao presidente por ter sua imagem masculina reforçada junto ao público que consome a imagem da atriz. À atriz que pode ver seu prestígio crescer junto ao meio artístico por se apresentar como uma interlocutora próxima do Presidente da República. Interessa ao fotógrafo que tem a oportunidade de registrar um momento de intimidade entre dois famosos e ao jornal que poderá veicular uma imagem onde os personagens são de conhecimento público.

Cabe aqui, para esta situação, refletirmos sobre a distinção entre real e imaginário que faz Eni. P. Orlandi³ e verificar que no nível das representações a imagem apresenta coerência, unidade, clareza e completude e que, somente em termos do real do discurso é que perceberemos as contradições tanto dos sujeitos como dos sentidos.

³ Eni. P. Orlandi, op. cit, p. 74

Orlandi nos fala, também, da função-autor⁴ e da diferenciação entre o locutor e o enunciador, o primeiro se representando como o “eu” do discurso e o segundo como a perspectiva construída desse “eu”. Na foto que segue, onde se dá a interlocução de grandes forças políticas, quem surge como o “eu” do discurso fotográfico? Seria o presidente Collor que está falando no momento? Seria o senador Antônio Carlos Magalhães que está fotografado ao centro e de frente?



Considerando-se que, procurado meses antes por Collor, o PFL havia se transformado no grande partido de sustentação do seu governo e que a foto foi registrada e veiculada quando o processo de *impeachment* já corria no Congresso Nacional, e considerando-se ainda que o ângulo buscado foi o que pretendeu dar visibilidade aos senadores Edison Lobão (esquerda) e Antônio Carlos Magalhães e mostrar Collor “dando explicações”, o “eu” nos parece pertencer ao fotógrafo que foi hábil para captar o evento e o representar consonante ao contexto real. Fosse a mesma cena fotografada do ângulo oposto a representação seria outra.

IV.2 Coadjuvação e legendas fotográficas

⁴ idem, ibidem, p. 74

Quando fotografados diferentes personagens juntos, um toma do outro valores e sentidos. Políticos costumam buscar a agregação de valores externos a eles em outros líderes políticos internacionais, em lideranças regionais, cidadãos comuns, crianças, intelectuais, artistas, família, como forma de criar as representações que lhe interessam no longo e no curto prazo. Muitas vezes também interessa aos coadjuvantes ter sua figura associada a um importante político quer pela vaidade do registro, quer pelo valor extrínseco que a ele poderá agregar, também.

Podemos verificar a utilização da coadjuvação como recurso discursivo no



registro feito por Arnildo Schulz no dia 16 de agosto de 1992, dia em que manifestantes saíram às ruas do país, vestidos de preto, em protesto a Collor. O então presidente valeu-se da presença de dois esportistas, medalhistas olímpicos, na modalidade do judô, Aurélio Miguel e Rogério Sampaio, para associar as imagens de combatividade e vitória, talvez querendo transmitir a mensagem de que seria capaz de levar seus oponentes “à lona”.

Para que o discurso fotográfico tenha efeito, tanto no plano do real quanto do imaginário, muitas vezes, é necessário que haja um conhecimento prévio dos elementos constituintes da imagem. Pode-se fazer uma análise sem saber que os coadjuvantes são dois campeões olímpicos brasileiros de judô? Para isso os jornais e outras publicações fazem uso das legendas fotográficas complementando com as informações necessárias ao entendimento.

As legendas podem ser meramente descritivas e informativas ou podem servir, também, para ideologicamente dar, reforçar ou distorcer o sentido aparente no discurso fotográfico. Da foto em questão a legenda foi: “De verde e amarelo, Collor correu com os judocas Rogério (E) e Aurélio Miguel”. A inclusão dos nomes dos atletas, na legenda, foi importante para que fossem associados às suas imagens.

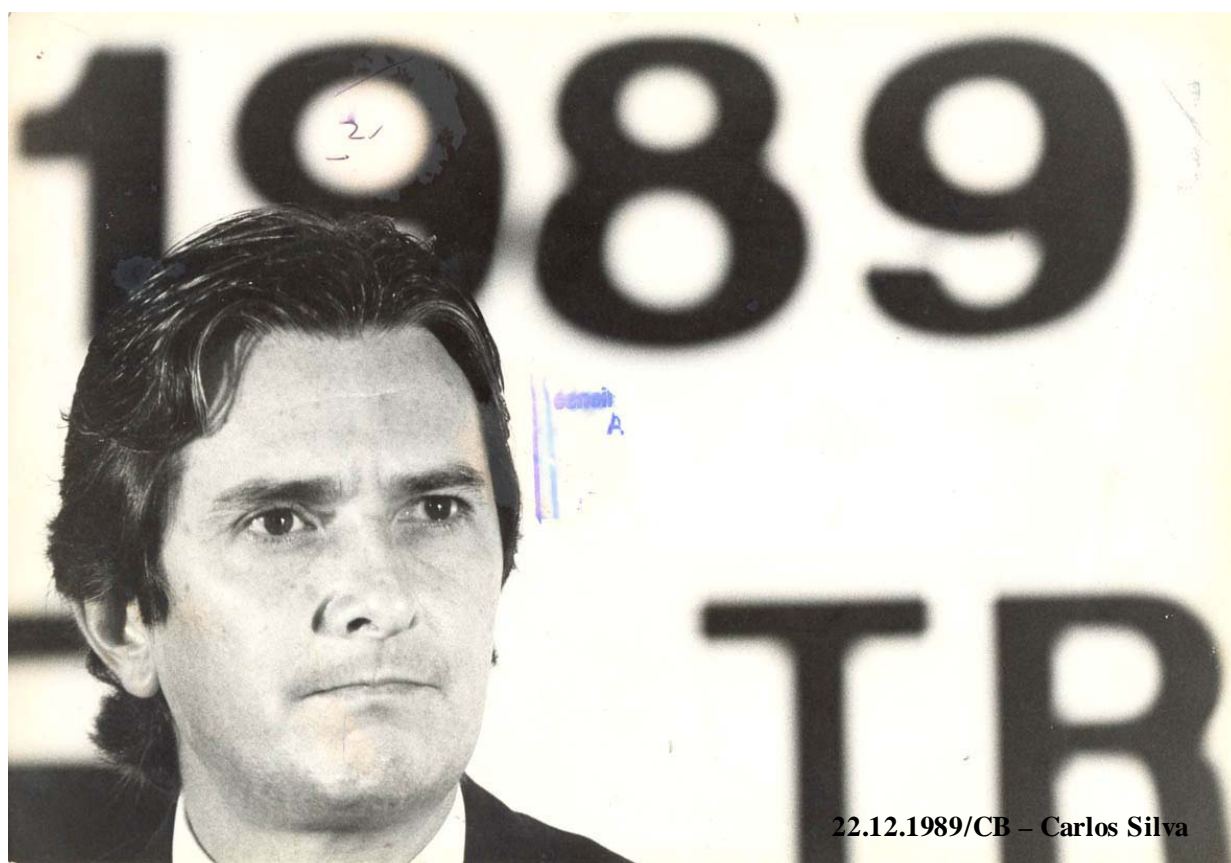
Para Barthes, o processo de extração da informação fotográfica requer bagagem cultural. Segundo ele, “a familiaridade, o saber, a cultura,” fazem com que as pessoas “percebam” a fotografia de maneira diferente⁵. Fala, por isso, da profunda relação que a fotografia tem com a história, oferecendo uma elementos de compreensão à outra.

IV.3 Cenário

⁵ Roland Barthes, op. cit, p.40 a 51

Da mesma forma que um fotografado toma valor de seus coadjuvantes pode, também, tomar valor do cenário em que a fotografia se dá. O cenário, além dos atributos estéticos, pode falar por si só ou dar complemento ao sentido que se deseja. Barthes disse que “a própria paisagem não passa de um empréstimo feito junto ao proprietário do terreno”⁶.

Collor valeu-se muito dos cenários. Tanto esteticamente quanto simbolicamente. Deixou-se fotografar na Amazônia, no Pantanal, na sua residência, em frente a blindados e aviões, nos Parques de Brasília, na Esplanada dos Ministérios, entrando no Congresso.



Os cenários são de grande utilidade, também, para o fotógrafo. Quer seja para a constituição de um fundo apropriado para o contraste de cores e sombras, quer para transmitir um significado complementar à imagem da pessoa fotografada como na foto

⁶ Idem, ibidem, p.26

anterior, registrada por Carlos Silva, na primeira entrevista coletiva dada por Collor como presidente eleito, em 22 de dezembro de 1989.

Nessa foto podemos verificar tanto a utilização do cenário como contraste à roupa e cabelos do fotografado (muitas vezes a roupa é escolhida em decorrência do fundo) como podemos ver a utilização do cenário como fonte suplementar de informação. Ao fundo aparece o ano em que acontece o evento e boa parte da sigla do local onde se deu: TRE (Tribunal Regional Eleitoral). O cenário localizou a foto no tempo e no espaço.

A fotografia não resulta, no fotojornalismo, apenas de procedimentos espontâneos, criativos e intuitivos do fotógrafo como na fotoarte. Ela é resultado de rotinas permeadas de ideologia que dominam todo o processo.

A escolha do evento ou do personagem fotografado já é, por si, arbitrária. Cabe à redação do Jornal decidir o que deve ou não ser fotografado. Geralmente as decisões partem dos editores ou do chefe de redação.

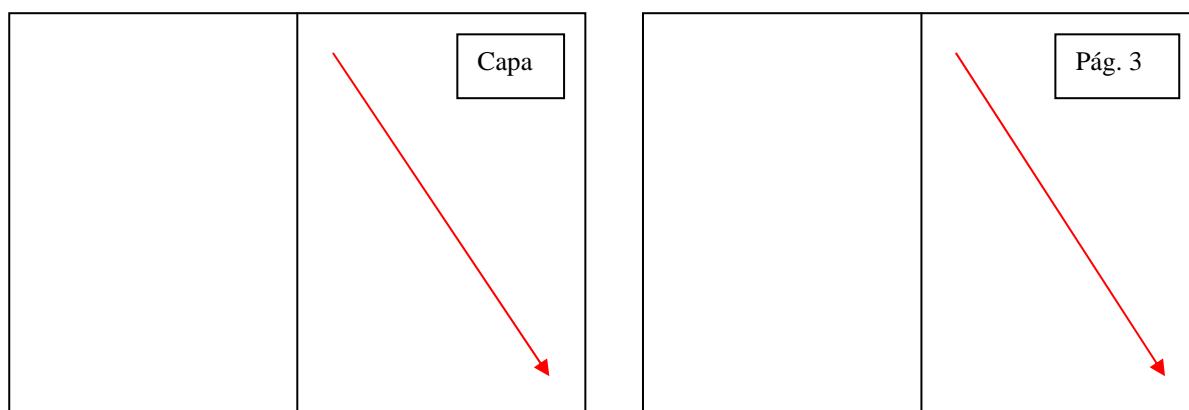
O fotógrafo-repórter sai a campo já com uma pauta prévia contendo os personagens, os eventos e o contexto em que deve se dar as imagens capturadas. No momento do evento o fotógrafo procura atender os registros demandados da melhor maneira e procura registrar imagens suplementares seguindo seu próprio gosto, sensibilidade e instinto fotográfico.

Nos anos estudados, o fotógrafo retornava ao jornal e revelava os negativos. Cabia ao editor de fotografia escolher, no negativo, quais fotos possuíam qualidade técnica e qualidade editorial para serem reveladas em papel fotográfico que seriam encaminhadas à redação.

Na redação os editores escolhiam as imagens e determinavam a posição que estas ocupariam, na página, para que fossem providenciados os fotolitos e chapas necessários à impressão. O processo de seleção das imagens, portanto, não é o resultado das escolhas, apenas, do fotógrafo e do fotografado. É, em grande medida, resultado das escolhas das pessoas envolvidas não especificamente com uma foto-reportagem mas, sobretudo, envolvidas com o projeto editorial do jornal como um todo.

O posicionamento e o dimensionamento das imagens também seguem critérios técnicos e ideológicos. Muitas vezes procura-se dar posicionamento e dimensões à imagem que sejam conciliadas, na página, ao texto. Não obstante, tais características são determinantes no resultado final e visual para o leitor. Os jornais exploram conscientemente os diferentes atributos da imagem na diagramação e formatação das páginas.

No sistema gráfico ocidental a hierarquia de importância visual, nas páginas, se dá sempre da esquerda para a direita e do alto para baixo. Assim, as páginas ímpares oferecem um impacto maior na leitura e igualmente mais nobre é a metade superior do jornal. A primeira página tem primazia que é indiscutível, contudo poucos atentam para a vantagem visual que leva a metade superior dessa página diante dos hábitos de portabilidade do jornal. Quando dobrado, na distribuição, nas bancas ou mesmo sobre as mesas, coloca-se sempre a face que traz o cabeçalho do jornal onde constam marca, data e manchete. Chega-se assim ao diagrama abaixo para retratar a hierarquia visual, de importância, nos impressos:



Diante dessa realidade, a composição da primeira página sempre se apresentará como um dilema ou uma ferramenta ideológica para o editor. É imprescindível que numa análise do discurso fotojornalístico esteja-se atento para a seleção, para o dimensionamento e para o posicionamento dos elementos na página do jornal: manchetes, chamadas, fotografias, textos, infográficos, charges, publicidade e etc.

Na edição distribuída no dia 18 de dezembro de 1989, dia seguinte ao segundo turno das eleições, podemos perceber e analisar vários elementos na composição da página. Embora as pesquisas de boca-de-urna anunciassem a vitória de Collor sabia-se que a apuração retrataria uma disputa apertada e sem resultado certo.

São selecionadas uma foto para cada um dos candidatos. Ambas com as mesmas dimensões. Collor é retratado fazendo o gesto da vitória e Lula beijando a cédula como quem assopra um dado antes de lançá-lo, talvez torcendo pela vitória,

Numa foto menor, embaixo e à esquerda, é noticiada a prisão dos seqüestradores do empresário Abílio Diniz. Seqüestro esse que por muitos foi denunciado como exploração de setores da direita porque os seqüestradores eram esquerdistas latino-americanos. No Reveillon de 1991, Collor e Abílio Diniz assistiriam juntos à chegada do Ano Novo.



IV.5 O Enquadramento

O enquadramento consiste na delimitação do campo a ser captado. É o recorte que o fotógrafo faz do objeto, dos seus coadjuvantes e do cenário em que está inserido. É um recorte da realidade total que se transforma em realidade parcial levando para o imaginário aquilo que foi e o que não foi enquadrado.

No ato do enquadramento é que se dá o destaque para um ou mais elementos. É a escolha que privilegia o que deve ser registrado, o que deve ser destacado e o que deve aparecer em segundo ou terceiro planos. É o recurso que mais permite trabalhar o limiar e o subliminar.

Susan Sontag adverte para as ilusões criadas no ato fotográfico. A crítica à informação oferecida pela imagem deve ser feita, advindo a compreensão da informação que foi selecionada e daquilo que foi preterido. Segunda ela, o enquadramento é o ato maior de seleção, de exclusão, de descontinuidade e de construção de realidades:

“Um novo significado da idéia de informação constituiu-se em torno da imagem fotográfica. A foto é uma fina fatia de espaço bem como de tempo. Num mundo regido por imagens fotográficas, todas as margens (enquadramentos) parecem arbitrarias. Tudo pode ser separado, pode ser desconexo, de qualquer coisa: basta enquadrar o tema de um modo diverso. (Inversamente, tudo pode ser adjacente a qualquer coisa)”⁷.

Na foto que segue, veiculada no alto da página 3 do **Correio Braziliense** de 20 de agosto de 1992, quatro dias após a “guerra das cores” e 6 dias antes da votação do relatório final da CPI que investigou PC Farias, o fotógrafo Arnildo Schulz registrou, no Palácio do Planalto, numa solenidade de promoção de generais, duas imagens em que o presidente aparece ladeado e acompanhado pelos ministros militares.

Tanto na fotografia que aparece na capa do jornal quanto nessa próxima, o enquadramento faz com que Collor apareça somente acompanhado pelos militares. Exclui-se os civis. Ele coloca sob enquadramento a relação próxima que o presidente passa a ter com os seus ministros militares. Collor buscava o apoio que poderia precisar da mesma forma que procurava intimidar a sociedade com a possibilidade de

⁷ Idem, ibidem, p.33

interferência das Forças Armadas no processo político em curso. Com a legenda: “Sócrates (D) garante apoio constitucional das Forças Armadas ao presidente Collor e condena pré-julgamentos” a imagem centraliza o Brigadeiro e coloca os outros dois ministros militares (Carlos Tinoco, do Exército e Mário César Flores, da Marinha) ao fundo desfocados, qual sentinelas sombrios, como guardiões da ordem.



O enquadramento e o *zoom* fotográfico podem ser feitos tanto pelo fotógrafo, no momento da regulagem das suas lentes, no ato fotográfico, quanto pelo arte finalista no momento de decidir pela confecção do fotolito. Assim, a seleção e exclusão podem ser feitas tanto no momento de decisão pelo que deve ou não ser fotografado quanto no momento de decisão pelo que deve ou não ser veiculado.

IV. 6 Os Recursos Fotográficos: luz, filtro, ângulo e foco

Além do enquadramento e da aproximação outros recursos podem ser utilizados na construção do discurso fotográfico e na fabricação das representações. O aproveitamento da luz e a utilização de filtros contribuem com o fotógrafo na ambientação do evento, na caracterização do personagem, na manipulação dos contrastes. São esses recursos que atribuem o clima à fotografia.

O ângulo do fotógrafo em relação aos objetos permite uma hierarquização das dimensões. É o ângulo que determina o que deve ou não vir em primeiro plano, o que constituirá o cenário fotográfico e o que deverá aparecer como maior ou menor na relação entre os diferentes elementos da fotografia. O ângulo determina o que, como, e em que instância deverá ser visto.

O foco determina a atenção que deverá ser dada aos diferentes elementos. Determina a resolução dos elementos da fotografia. O foco pode ser feito sobre os objetos em primeiro plano, em segundo ou terceiro, ou pode ser feito em todos os elementos da fotografia. Não deixa, também, de ser acessório de inclusão/exclusão fotográfica.

Na foto de Ubirajara Dettmar, que fora o fotógrafo responsável pela foto de capa da revista **Veja** de março de 1988, podemos verificar a intensa utilização dos recursos fotográficos. Fotografando o presidente no Lago Paranoá, dentro da sua lancha, o fotógrafo aproveita a profusão de luz de um dia claro para dar uma aura mística à imagem fotografando Collor contra a luz, com o céu azul ao fundo e os raios solares vindo da esquerda e do alto para a lancha.

Focando igualmente todos os elementos da fotografia ele distribui a atenção sobre todos esses elementos. A hierarquização se dá no ângulo que o fotógrafo buscou. Dirigindo sua embarcação à frente da lancha do presidente, Dettmar o fotografa a partir da proa da lancha colocando a bandeira do Brasil em primeiro plano, faz com que a bandeira pareça muito maior do que era de fato, e coloca o presidente ao fundo que, acenando, parece concordar que o Brasil é bem maior que ele. Esta é uma fotografia cuja imagem deve-se quase que inteiramente ao fotógrafo. Uma

imagem construída à partir de elementos reais. Fosse a fotografia feita a partir da popa o discurso seria outro: um Collor engrandecido tendo ao fundo uma bandeira diminuta. Vê-se que o discurso do fotografado pode ser diverso do da fotografia ou que, como na vida, o significado de algo depende do ângulo pelo qual é visto.



31.08.1991/CB – U. Dettmar

IV.7 O Uso das Instituições

Collor fez grande uso das instituições. Valeu-se delas para associações e dissociações da sua imagem. Igreja, casamento, escola, forças armadas, escotismo, organizações ecologistas, mundo artístico entre outras foram largamente utilizados. Muitas vezes combinou mais que uma. Era cena comum vê-lo ir à Igreja com a esposa.



15.03.1990/CB - Moreno

Na imagem capturada por Moreno, no dia 15 de março de 1989, dia da posse presidencial, vemos a pose feita pelo casal presidencial. Nela, Fernando e Rosane procuram transmitir a imagem de um “casal perfeito”. No imaginário brasileiro um casamento bem sucedido e estável é sinônimo de responsabilidade e respeito aos valores tradicionais.

Chama a atenção o beijo formal, respeitoso e discreto que o presidente dá na testa de Rosane. Procura ele conferir respeito ao ato e estende a formalidade do cargo que ocupará à relação pública que terá com a esposa. Ou, inversamente, confere respeito a suas relações pessoais, estendendo-o às relações que terá com toda a sociedade.

Quando surgiram as denúncias sobre irregularidades cometidas por Rosane Collor na presidência da LBA, em agosto de 1991, Fernando Collor apareceu em público sem a aliança dissociando de sua conduta a dela.

Segundo Skidmore a instituição família foi uma das responsáveis pela queda de Collor:

“Sem essas acusações de Pedro, Collor teria talvez escapado de uma ampla investigação pelo Congresso, tal como Sarney, pois numa cultura latino-americana como a do Brasil as acusações de um irmão têm muito mais peso que as de um político de oposição”⁸.

Da mesma forma que Fernando Collor usou da instituição família, em seu benefício, para representar um bom marido, filho e pai, foram as denúncias oriundas da própria família, do seu irmão Pedro Collor, que mais efeito tiveram.

⁸ Thomas Skidmore, op. cit. p.36

IV.8 O Uso dos Símbolos

Na estratégia de comunicação de Collor e na representação de seu poder e do seu *status* houve profusão na utilização de símbolos. A simbologia pode ser empregada tanto pelo fotografado, na elaboração do evento, quanto pelo fotógrafo na composição da imagem.

Na imagem abaixo, de arquivo do **Correio Braziliense**, cujo fotógrafo não está identificado, vemos a esteticamente magnífica fotografia que coloca o Pavilhão Nacional ao alto, em destaque, tremulando e iluminado pelo sol. Símbolo maior da Pátria que o presidente há de governar. Retrata o presidente em posição subserviente, fechando os olhos em sinal de profundo respeito e responsabilidade.

Chama a atenção o esmero da figura presidencial, o cuidado com que foi barbeado, as costeletas recém cortadas e os cabelos fixados com o gel que lhe foi característico. Vê-se nitidamente que o trabalho da fotografia foi feito com a colaboração de ambos, fotógrafo e fotografado. Talvez seja uma foto feita pela própria assessoria presidencial e cedida aos veículos de comunicação. Não se tem tal registro.



Arquivo CB

Na fotografia a seguir, o símbolo foi adotado pelo fotografado. Registrado pelo fotógrafo Eraldo Peres em 17 de março de 1991, o plantio de uma árvore no Jardim Botânico de Brasília, na época em que se comemorava um ano de governo e de Plano Collor, procurou simbolizar um presidente preocupado com um futuro melhor para o país.

Segundo Chevalier a árvore “é um dos temas simbólicos mais ricos e mais difundidos”⁹, e sua bibliografia daria por formar um só livro. Segundo ele a árvore simboliza principalmente a vida, a evolução e o crescimento vertical.



⁹ Jean Chevalier. op.cit. verbete: *árvore*, p.84

IV.9 Posturas, Gestos e Encenações

A comunicação corporal também é simbólica. Collor utilizou de diferentes posturas, profusão gestual e encenações dramáticas. Comunicava-se com o corpo com maestria e malícia. Oferecia aos fotógrafos inúmeras possibilidades de imagens.

Na foto de Raimundo Paccó, veiculada no dia 19 de dezembro de 1989, vemos o presidente eleito repetindo o gesto já feito por muitos outros líderes mundiais. O “v” da vitória foi mundialmente difundido por Winston Churchill quando deixava-se retratar encorajando os ingleses à vitória sobre os nazistas.



18.12.1989/CB – Raimundo Paccó

Na foto de Izabel Cristina, de 24 de janeiro de 1990, vemos Collor numa entrevista coletiva passando-se por assustado, acuado, suas mãos espalmadas para a frente pedindo calma:

24.01.1990/CB – Izabel Cristina



Em 16 de março de 1990, o presidente caminha a pé pela Esplanada dos Ministérios, dirigindo-se ao Congresso para discursar sobre o Plano de ajustes econômicos que acabara de instituir. Acompanhado pelo vice-presidente Itamar Franco e pelo ministro Bernardo Cabral, caminha célere e imponente, transmitindo a imagem de uma grande missão a cumprir. Também ocupando o espaço político da Capital Federal como seu e como havia feito, com simpatia, Juscelino Kubitschek.

16.03.1990/CB - Moreno



Raimundo Paccó retratou, em 25 de maio de 1992, o momento em que o presidente afirmou ter sabido das denúncias feitas pelo irmão, Pedro Collor, do esquema de corrupção montado por PC Farias. Collor mostrou-se surpreso e cerrou os punhos em sinal de revolta com a atitude do irmão.



Adauto Cruz registrou, em agosto de 1992, discurso que Collor fez para os taxistas, em Brasília. Três dias antes da “guerra das cores” o presidente, inflamado, os dois dedos em riste, usou da retórica para convencer que o *impeachment* seria uma manobra golpista tentada por seus adversários.



IV.10 A Justa e a Contraposição de Imagens no Jornal

O jornal pode construir representações a partir da justa e da contraposição de imagens. No dia 28 de setembro de 1992, um dia antes da votação do *impeachment* o **Correio Braziliense** inseriu duas imagens que, justapostas, ampliaram o sentido de uma e de outra. Na foto, acima, é retratado o presidente Collor cumprimentando desajeitadamente um manifestante em seu apoio. Na legenda: “Collor recebeu apoio ontem de cerca de cem pessoas”, o que significa um apoio de cem pessoas para quem foi alçado por milhões e foi aclamado por milhares?



Na foto, abaixo, foi retratado o vice-presidente Itamar Franco no momento em que cruzava o limiar de visão entrando em algum ambiente. Denota a expectativa do vice pela tomada de lugar do presidente em julgamento. A legenda faz menção às lideranças políticas que o apóiam.

IV.11 O Não-Registro: Supressão de Imagens

No discurso fotojornalístico também há o “dito” e o “não dito” de que nos fala Orlandi: “...o dizer tem relação com o não dizer, isto deve ser acolhido metodologicamente e praticado na análise”¹⁰.

No dia seguinte à votação da Câmara as imagens mostram o povo comemorando o afastamento do presidente e a Câmara festejando o resultado final. Não figuram imagens nem do presidente afastado e nem do presidente Itamar Franco interinamente empossado. O *impeachment* propriamente dito seria votado pelo Senado. O processo não fica claro na edição. Deu a votação pelo encaminhamento do pedido de impedimento como um resultado já sacramentado, o que, legalmente ainda não acontecera. O movimento pelo impedimento de Collor passou a fazer coerção pelo resultado.



¹⁰ Eni P. Orlandi, op. cit. p.82

IV.12 A Substituição de Imagens, de Representações e de Discursos

No dia 30 de dezembro de 1992, dia seguinte ao afastamento definitivo de Collor e à cassação de seus direitos políticos, o fotógrafo Adauto Cruz registrou o chefe de cerimonial do Palácio do Planalto, Francisco Baker, retirando a foto oficial do ex-presidente Collor. Numa metalinguagem fotográfica há o registro da substituição da imagem que ocupou o governo e que ocupou os jornais. Substituiu-se a imagem e seriam substituídas as representações.



Baker retira quadros: molduras serão reaproveitadas

dro Simon (PMDB-RS), líder do Governo Itamar Franco, antes da leitura, percorria os estreitos corredores do plenário visivelmente preocupado.

Incerteza — No plenário entre os 70 senadores e deputados que

mente sobre a renúncia de Fernando Collor e anunciando que o cargo estava vago. Este expediente burocrático permitiu que o Congresso convocasse Itamar Franco para tomar posse pouco tempo depois, em sessão solene no plenário da Câmara. A edição

Ex-pr... só f...

Depois de...
tos, somente...
presidente F...
rá sobre sua...
ção é do seu...
sa, Etevaldo...
um dos tema...
a disposição...
não abando...
Etevaldo rev...
tende se sub...
do "voto po...
porque o Se...
va como u...
ção".

O assessor...
possibilidad...
exterior, qu...
absurdos" a...
o ex-preside...
rando para...
ropa em a...
Luiz Estevã

Julgamen...

mento do ju...
depois de...
matéria na p...
lor "mais u...
contra seus...
afirmou Ete...
o assessor...
dores esta...
método aut...
direitos poli...
E destacou...
dente, que...
mas de um...

Etevaldo...
to continuo...
de Collor t...
política. Me...
de rejeição...
teria condic...
putado, por...
to votado.

O assessor...
ainda não...

Em relação aos fatos noticiados, aos mecanismos de criação das representações, e à dinâmica da reciclagem destas, Leão Serva afirma que:

“O jornalismo, tal como o conhecemos hoje, omite as circunstâncias determinantes dos fatos. Os meios de informação, portanto, criam clones dos fatos, parecidos com seus objetos apenas o suficiente para que haja verossimilhança. Mas, como os clones biológicos reais, ou mais ainda como os humanos do filme *Blade Runner* (de Ridley Scott), são fatos sem gravidez, sem história, sem memória. São fatos que se esgotam quando cumprida sua missão efêmera e que, em seguida, devem ser destruídos (...); psicologicamente, sua memória será substituída no dia seguinte”¹¹.

O fim do poder de Collor foi o fim, também, da exploração das suas imagens. A imprensa e o povo queriam novas imagens em substituição. Novas imagens vieram e junto com elas novas representações.

¹¹ Leão Serva, op. cit, p.135

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É amplamente reconhecida, por jornalistas, sociólogos, analistas políticos e historiadores, a habilidade de Fernando Collor de Mello em trabalhar a própria imagem e em difundi-la de acordo com os seus interesses, objetivos e conveniências. Criado na imprensa, herdeiro de empresas de comunicação, ex-repórter, político de várias campanhas e mandatos soube, como poucos candidatos e presidentes, manipular a imprensa e fazer com que suas estratégias discursivas e imagéticas lograssem êxito.

Valendo-se dessa sua habilidade Collor soube sair do anonimato nacional e empreender uma campanha vitoriosa sobre importantes e conhecidas lideranças políticas nacionais. Utilizou das permissivas regras eleitorais vigentes para se projetar como uma alternativa nova, moderna e moralizadora da política nacional. Apresentou-se e representou-se, com eficácia, como a esperança de um Brasil renovado, moralizado e moderno.

Não teve a mesma habilidade para sustentar as representações construídas sobre si e para impedir o desmoronamento da sua imagem e do seu governo. Numa inversão de papéis terminou o seu governo representando os desmandos e a corrupção que combatera.

A imprensa nacional pode ser dividida em três grupos no que diz respeito ao tratamento que foi dado à trajetória de Collor. Houve os veículos que dispensaram apoio da primeira hora até a véspera do *impeachment*, como a **Rede Globo**. Houve outros que identificaram seus métodos e objetivos e nunca acreditaram nos seus discursos como o **Folha de São Paulo**. Houve tantos outros, a grande maioria, que acompanhou e fez a cobertura dos acontecimentos reproduzindo o efeito que Collor exerceu sobre a maior parte da sociedade e espelhando o pensamento do senso comum. Seguindo uma curva de Gauss a maior parte da imprensa fabricou e reproduziu as representações de acordo com o momento político vivido por Collor. Como a maior parte da população, esses veículos de comunicação descobriram e acreditaram no projeto político de Collor até o ano de 1992 para, depois que os escândalos viessem à tona e a recessão tomasse conta da economia, voltarem-se contra ele contribuindo com a destruição da imagem antes edificada.

O **Correio Braziliense** enquadrrou-se no grupo dos veículos que tiveram os comportamentos típicos de construção, reprodução e destruição da imagem e das representações. Contudo, podemos verificar algumas particularidades no tratamento imagético dado ao longo do período.

A primeira delas é que o **Correio Braziliense** não fez apologia de Collor senão na festa da posse. Percebe-se zelo no tratamento das notícias, na exibição de imagens e nas relações com o governo. Durante todo o período que vai da campanha presidencial até o episódio da cassação não foram veiculadas imagens de impacto tão forte quanto as que foram impressas registrando as manifestações populares de repúdio ao governo e de comemorações pela aprovação do *impeachment*. Talvez o amplitude e a profusão de imagens da posse tenha se dado muito mais por ser o maior veículo de Brasília. Como dever de ofício, por ser o órgão de imprensa local, por ter a facilidade logística de possuir maior número de fotógrafos e jornalistas na ocasião.

Ao mesmo tempo que nos parecem os registros de imagens feitos pelo **Correio** uma cobertura cercada de cuidados para não cometer excessos, verificamos uma grande convivência com a estratégia de comunicação de Collor de representá-lo jovem, destemido e corajoso. Vemos que foi dada demasiada importância para os aspectos cotidianos do jovem presidente.

Duas importantes constatações poder ser feitas a partir do estudo imagético feito. A primeira delas decorre da natureza da imprensa: o **Correio Braziliense**, jornal que é, portanto, produtor de representações, cumpriu o papel e criou, reproduziu e destruiu representações em torno do Collor candidato, eleito e presidente para depois destruí-las e recriá-las colaborando com o esfacelamento do poder político antes construído.

A segunda constatação, e a mais importante, consiste em verificar que o fotojornalismo do **Correio Braziliense**, como da maior parte da imprensa, durante boa parte do período, retratou Fernando Collor de Mello não como ele era de fato mas sim da forma como ele queria parecer. Essa situação, do fotografado sedutor, autor das próprias imagens, perdurou até que, com o fracasso das medidas econômicas e com

as denúncias de corrupção, o fotojornalismo rompesse com as práticas vigentes e passasse a retratá-lo de forma oposta. A partir de então as imagens que se buscou registrar foram as imagens de um líder arrogante, grotesco e enfraquecido. O **Correio** passou a espelhar nas suas fotos não mais as imagens desejadas pelo fotografado mas sim as imagens que a sociedade passara a ter do presidente.

As fotografias podem revelar os discursos nelas contidos, como verificamos, não só pela seleção de imagens. Os discursos podem estar contidos nos recursos técnicos de enquadramento ou diagramação. Podem estar contidos na identidade das pessoas que compõem o grupo fotografado. Podem estar contidos nos cenários e nos símbolos inseridos na imagem.

Como foi percebido os discursos podem estar na não-imagem. Podem estar na imagem que não foi escolhida, no continente que ficou excluído do conteúdo enquadrado. Podem estar na ausência de fotos.

Ao político interessa a permanência e a longevidade das imagens que lhes convém. Aos jornais interessa a imagem do dia anterior, hoje. Amanhã serão necessárias novas e diferentes imagens.

A fabricação de representações interessa aos políticos e aos jornais. As fotografias registram e difundem tais representações. A fotografia revela os discursos nela contidos. O fotojornalismo trabalha a criação, a destruição e a substituição permanente de imagens, discursos e representações.

BIBLIOGRAFIA

- ABRÃO, Janete. *Pesquisa & História*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e LAMARÃO, Sérgio Tadeu N. (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. São Paulo: FGV Editora, 2001.
- ARAÚJO VIEIRA, Maria do Pilar de e CUNHA PEIXOTO, Maria do Rosário da e AUN KHOURY, Yara Maria. *A pesquisa em História*. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- BARTHES, Roland. *A Câmara Clara*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.
- CANDELORI, Roberto. Atualidades: “O Consenso de Washington e o Neoliberalismo” in Folha Online <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u11503.shtml>
- CAPELATO, Maria Helena Rolin. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- CARNEIRO, Glauco. *Brasil, Primeiro: História dos diários Associados*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2005.
- COMPARATO, Fábio Konder. “O Processo de impeachment e a importância constitucional do caso Collor” in Keith S. Rosenn e Richard Downes (Orgs.) *Corrupção e Reforma Política no Brasil: o Impacto do Impeachment de Collor*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000, p.118
- CONTI, Mario Sérgio. *Notícias do Planalto: A Imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e Poder: ligações perigosas*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia; São Paulo: Hucitec, 1996.
- KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 6ªed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- LE GOFF, Jacques. “Documento / Monumento” in *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1. Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1985.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. 5ªed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

- REBELO, José. *O discurso do Jornal: o como e o porquê*. 2ed. rev. Lisboa: Notícias Editorial, 2002.
- SERVA, Leão. *Jornalismo e Desinformação*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- SKIDMORE, Thomas. "A Queda de Collor: Uma Perspectiva Histórica". In. ROSENN, Keith S. e DOWNES, Richard. *Corrupção e Reforma Política no Brasil: o Impacto do Impeachment de Collor*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.
- SONTAG, Susan. *Sobre Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SOUSA, Jorge Pedro. *Uma História Crítica do Fotojornalismo Ocidental*. Chapecó: Editora Grifos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- SWAIN, Tânia Navarro. "Você Disse Imaginário?". in. SWAIN, Tânia Navarro (Org.). *História no Plural*. Coleção Tempos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

Wilson Fraga Alegretti
wilson.alegretti@gmail.com
Com. 3214-1208
Res.: 3347-2461
Cel.: 9555-2592